

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**NATALIA AFONSO RUBIO**

**Adolescentes em Acolhimento Institucional:  
no trânsito da maioridade, a reedição do desamparo.**

**São Paulo  
2019**

**NATALIA AFONSO RUBIO**

**Adolescentes em Acolhimento Institucional:  
no trânsito da maioridade, a reedição do desamparo.**

**Versão original**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Clínica.

Orientador: Prof. Dr. Pablo de Carvalho Godoy Castanho.

**São Paulo**

**2019**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Afonso Rubio, Natalia

Adolescentes em Acolhimento Institucional: no trânsito da maioridade, a reedição do desamparo. / Natalia Afonso Rubio; orientador Pablo de Carvalho Godoy Castanho. -- São Paulo, 2019.

105 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Acolhimento Institucional. 2. Adolescente. 3. Maioridade. 4. Desamparo. 5. Psicanálise. I. de Carvalho Godoy Castanho, Pablo, orient. II. Título.

Nome: Rubio, Natalia Afonso

Título: Adolescentes em Acolhimento Institucional: no trânsito da maioridade, a reedição do desamparo.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, especialmente ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e sua secretária, Claudia, pela assistência ao longo desses anos.

Ao Prof. Dr. Pablo Castanho, por tamanha gentileza, receptividade, escuta e transmissão, que possibilitaram a conclusão desta pesquisa.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Herzberg, pelo sensível acolhimento e orientações iniciais.

Às Professoras componentes das Bancas de Qualificação e Defesa, pela disponibilidade, leitura e contribuições ao meu trabalho.

Aos colegas que fiz no Mestrado, por tantas partilhas e trocas.

À Instituição de Acolhimento que autorizou a realização da pesquisa e, particularmente, às adolescentes que participaram, pela confiança.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Cerioni, por ter me apresentado a Psicanálise, por me abrir portas e por ser uma marcante presença em minha vida profissional até hoje.

À Rita Bonança, minha analista, pela materna escuta e pela oferta, sobretudo de Palavras, que me permitiram ressignificar muitas coisas e, assim, prosseguir e crescer.

Aos meus amigos e parentes, pela compreensão e apoio.

Aos meus pais, por me darem tanto quanto puderam, pelo amor e dedicação à família, e por me apresentaram Deus, em quem me amparo desde sempre.

Às minhas irmãs, pela companhia, incentivo e orgulho recíproco.

Ao meu marido, parceiro de vida, onde me refugio em tanto amor e paciência.

***Cara de Família***  
*(Rodrigo Grecco)*

*Meu pai me disse que a vida não tem nada de marcada  
É que o destino não é nada levando a gente na vida  
E toda vez que eu paro e olho pra esse velho companheiro  
Vejo quem deu pra essas paredes essa cara de família*

*Deixa eu ver a mão machucada, te levanta deixa essa cama  
Estou tão triste quero falar-te, fica calmo filho não chora  
E não sabem dar valor pra essas coisas, ter um lar é um tesouro!*

*Minha mãe me disse umas coisas sobre os ódios do meu peito  
Disse que o ódio que se guarda vai matando só quem sente  
Minha mãe juntou as minhas mãos ainda quando eram pequenas  
E me falou que tinha um Deus, que era um tal papai do céu e era Pai!*

*Deixa eu ver a mão machucada, te levanta deixa essa cama  
Estou tão triste quero falar-te, fica calmo filho não chora  
E não sabem dar valor pra essas coisas, ter um lar é um tesouro!*

*Meu Deus como seria bom, seria bem melhor se fosse sempre assim  
Meu Deus como seria bom, só hoje pude ver o que isso fez pra mim  
Meu Deus como seria bom, seria bem melhor pra cada um e assim pra todos nós*

*E assim pra todos nós e assim pra todos nós!*

## RESUMO

Rubio, N. A. (2019). *Adolescentes em Acolhimento Institucional: no trânsito da maioridade, a reedição do desamparo* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa surgiu da angustiante experiência de acompanhar, como Psicóloga de um Abrigo Institucional, o desligamento compulsório da instituição por adolescentes que atingem a maioridade civil. Apesar de o abrigo ter um caráter excepcional e provisório, quando a reinserção familiar ou colocação em família substituta não é possível, o tempo de acolhimento se prolonga e a saída do adolescente fica iminente ao completar 18 anos de idade, mesmo sem o preparo adequado. Nesse cenário, com o intuito de contribuir para a assistência e possibilidades de intervenção com estes jovens, o objetivo geral deste estudo é compreender o processo de formação de expectativa de adolescentes que irão se desligar do serviço de acolhimento institucional em que vivem, por atingir a maioridade civil. No âmbito de uma Pesquisa Qualitativa, a partir de um referencial psicanalítico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o Procedimento Desenho-Estória com Tema com duas adolescentes, de 16 e 17 anos, de um serviço de acolhimento institucional do interior do estado de São Paulo, acerca da temática da saída pela maioridade. Observou-se a 1) dificuldade dessas jovens de associar e fantasiar sobre sua vida após o abrigo; 2) na ausência desta capacidade associativa, prevalência de idealizações pouco articuladas com suas condições reais e pouco apropriadas do ponto de vista de seu mundo interno; 3) tendência a repetição, na transferência, durante a coleta de dados, de uma relação de vigilância, que sugere aspectos qualitativos das relações vividas no abrigo. Diante dos resultados obtidos, algumas reflexões são levantadas, à luz da teoria winnicottiana, acerca da importância do abrigo se constituir como ambiente que possibilite a integração, personalização e maturidade de seus acolhidos. E no trânsito da maioridade, o estímulo ao vínculo construído com adultos de referência, seja da própria instituição, da família ou da comunidade, é proposto como estratégia para a construção de projetos de vida mais realistas. A formação de vínculos com pessoas, grupos e instituições fora do abrigo pode ter um papel significativo para mitigar os riscos de que a saída do abrigo seja vivida como uma nova ruptura traumática, ocorrendo mais próxima do registro da transicionalidade.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Adolescente. Maioridade. Desamparo. Psicanálise.

## ABSTRACT

Rubio, N.A. (2019). *Adolescents in Institutional Shelter: in the transition to adulthood, the reissue of helplessness* (Master's Degree Dissertation). Institute of Psychology, University of Sao Paulo, Sao Paulo.

This research arose from the harrowing experience of following, as a Psychologist in an Institutional Shelter, the compulsory dismissal of adolescents reaching the adulthood from the institution. Although the shelter is of an exceptional and provisional nature, when family reintegration or replacement is not possible, the time in institution is prolonged and the adolescent's departure is imminent at the age of 18, even without proper preparation. In this scenario, in order to contribute to the assistance and possibilities of intervention with these young people, the general objective of this study is to understand the process of formation of expectations of who will be dismissed from their institutional shelter, when achieving the adulthood. In the context of a Qualitative Research, referred to a psychoanalytical framework, semi-structured interviews were conducted and the *story-drawing with a theme* procedure applied with two adolescents, aged 16 and 17 years old, sheltered at the country side of São Paulo, Brazil, about the issue of their leaving. It was observed 1) difficulty of these young people to associate and fantasize about their life after the shelter; 2) in the absence of this associative capacity, prevalence of idealizations which were little articulated with their real conditions and not subjectively appropriated; 3) the tendency to repeat, in the transference, during data collection, a surveillance relationship, which suggests qualitative aspects of the relationships lived in the shelter. Given the results obtained, some reflections are raised, from the Winnicottian theory, about the importance of the shelter as an environment that allows for the integration, personalization and maturity of children and adolescents. Furthermore, it is proposed that bounds with adults outside the shelter may help build more realistic life projects. The relationship with people, groups and institutions outside the shelter can play a significant role in mitigating the risks of leaving the shelter as a new traumatic disruption thus helping the experience to move towards what Winnicott calls a transitional experience.

**Keywords:** Institutional Shelter. Adolescent. Adulthood. Helplessness. Psychoanalysis.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: (DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 2: ADOLESCER</b> .....	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 3: OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>32</b>
<b>3.1 Objetivos Geral e Específicos</b> .....	<b>32</b>
<b>3.2 Tipo de Pesquisa, Participantes e Instrumentos</b> .....	<b>32</b>
<b>3.3 Procedimento de Coleta de Dados, Ajustes da Pesquisa e Cuidados Éticos</b> .....	<b>34</b>
<b>3.4 Forma de Análise dos Dados</b> .....	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>41</b>
<b>4.1 Caso Helena</b> .....	<b>41</b>
4.1.1 <i>História de Vida</i> .....	41
4.1.2 <i>Entrevista semiestruturada</i> .....	46
4.1.3 <i>Procedimento Desenho-Estória com Tema</i> .....	48
4.1.4 <i>Devolutiva</i> .....	52
<b>4.2 Caso Carla</b> .....	<b>52</b>
4.2.1 <i>História de Vida</i> .....	52
4.2.2 <i>Entrevista semiestruturada</i> .....	56
4.2.3 <i>Procedimento Desenho-Estória com Tema</i> .....	59
4.2.4 <i>Devolutiva</i> .....	62
<b>CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO</b> .....	<b>64</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o texto, peço licença ao leitor para escrever alguns momentos em primeira pessoa, visto que as temáticas abordadas nesta Pesquisa marcam minha trajetória desde a Graduação em Psicologia, quando o interesse em trabalhar com a área social, bem como o encantamento pela Psicanálise, puderam ser concretizados nos estágios obrigatórios.

Tanto no estágio clínico, quanto no social, me deparei com Adolescentes e suas questões próprias desse momento da vida: mudanças no corpo, no laço social, busca de autonomia, construção da identidade e necessidade de elaborar e dar novos sentidos a muitas coisas. Poder acolher e dar suporte às angústias e conquistas daqueles adolescentes, em sua travessia da infância para a vida adulta, ajudou a delinear minha prática e escuta como Psicóloga depois de formada, facilitada, talvez, pela minha identificação com esse processo de travessia, no meu caso, de estagiária para profissional.

Entretanto, ao lidar com a particularidade da condição de vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional, novos questionamentos se impuseram. Crianças e adolescentes são afastados do convívio familiar devido ao abandono ou por seus responsáveis encontrarem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Eles são encaminhados a instituições de acolhimento, cujo caráter é excepcional e provisório, até que seja viabilizado o retorno ao convívio familiar de origem ou, quando não é possível, ser colocado em família substituta. Porém, de modo geral, dada a dificuldade de reinserção familiar, o tempo de permanência desses adolescentes na instituição acaba se prolongando, e sua saída fica iminente ao completar a maioridade civil (18 anos), implicando a necessidade de um trabalho de preparação para esse desligamento.

No ano de 2012 fui estagiar em um Serviço de Acolhimento (Abrigo Institucional) localizado numa cidade do interior paulista e, em 2014, fui contratada como psicóloga da instituição, onde trabalhei até o início de 2017. Naquela época, o município tinha dois abrigos, que eram não governamentais, e uma divisão por faixa etária: um atendia crianças de 0 a 12 anos e o outro, adolescentes de 12 a 18 anos. Em 2015 ocorreu o reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na cidade e os abrigos passaram

a atender a faixa etária de 0 a 18 anos, garantindo, sobretudo, o princípio do não desmembramento do grupo de irmãos, previsto no Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990).

Como no início minha atuação foi somente com os adolescentes, pude perceber a limitação de efetivar o caráter provisório do abrigo, que deveria manter os acolhimentos, na época, por no máximo dois anos. Mesmo com essa determinação do tempo limite, a maioria deles tinha longa permanência na instituição, visto que a dificuldade de reinserção na família biológica ou colocação em família substituta acabava por mantê-los no serviço até completarem a maioridade civil, quando não evadiam antes, em geral, para a casa de algum familiar.

Acompanhei alguns jovens no momento da proximidade dos 18 anos. Nem todos possuíam um trabalho ou fonte de renda. Dos que tinham, 30% do que recebiam era guardado numa Conta Poupança, com direito à retirada após a maioridade. Boa parte deles não havia completado o ensino fundamental, condição que dificultava a inserção no mercado de trabalho, pela baixa escolaridade. Quando conseguiam um emprego, nem sempre o mantinham, já que se atrapalhavam no cumprimento dos horários, regras da empresa, além de, muitas vezes, não se sentirem capazes ou identificados com aquela função. Geralmente eram tachados de irresponsáveis, preguiçosos, especialmente por funcionários do próprio abrigo: *'não querem nada com nada', 'acham que será fácil quando sair daqui? Aqui vocês têm tudo na mão'*, entretanto, nem sempre lhes era oferecida a oportunidade de aprender isso que *'se ensina em casa'*.

O primeiro adolescente que presenciei se deparando com a maioridade me disse que não sabia se poderia morar sozinho. Ele falou, com olhar aparentemente angustiado: *"tia, se chegar uma conta em casa, eu não sei como pagar"*. E ele não se referia ao dinheiro e como consegui-lo, mas à ida até ao banco ou à lotérica, de como seria isso, na prática. A partir dessa fala, percebi que questões simples do cotidiano da vida adulta, com tudo o que ela implica, nem sempre eram trabalhadas ou até experimentadas por eles, e a vida pós-instituição parecia meio nebulosa, idealizada. Esse jovem, depois de mais de cinco anos de institucionalização, evadiu do abrigo poucos meses antes do seu aniversário. Foi para a casa da mãe, que até então era

considerada impossibilitada de assumir seus cuidados, e retornou após completar os 18 anos, para retirar sua Guia de Desacolhimento.

Passei a me interrogar como seria possível iniciar uma vida independente com apenas 18 anos, com um histórico de abandono, negligência familiar, baixa escolaridade, sem trabalho e sem dinheiro. Não era só uma questão de escolha, mas talvez a falta dela, o que poderia reforçar sua condição de excluído, violado em seus direitos. Comumente os adolescentes viviam um conflito entre o desejo de sair da instituição, alcançando a sonhada independência, e o medo de se desligar dela, já que pareciam não se sentir preparados para seguir sozinhos, tendo em vista o próprio processo adolescente, o histórico de vida, fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares, tempo de institucionalização e o trabalho realizado pela equipe da instituição, como o auxílio à promoção de sua autonomia, inserção no mercado de trabalho, vivência da liberdade e responsabilidade.

Neste cenário, grande parte dos esforços da equipe técnica do abrigo era no sentido de preparação gradativa para o desligamento, porém, isso era “caso a caso” e, concordando com Martinez e Soares-Silva (2008, p.125), a iminência da maioria *“aponta para ausência de políticas e programas globais do abrigo para o enfrentamento dessa situação”*, especialmente no que se refere à escuta dos aspectos emocionais, as angústias vivenciadas pelos adolescentes nesse processo e o não respeito, muitas vezes, da prerrogativa à convivência familiar e comunitária.

O pediatra e psicanalista inglês Donald Winnicott, que vivenciou a experiência de evacuação de crianças durante a Segunda Guerra Mundial, tendo que enfrentar a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar e vivenciar os efeitos da separação e perda, da destruição e morte, afirmou que:

A evacuação tinha que ser feita. Numa tentativa equivocada de minorar os males inerentes ao exílio, muitos se empenharam em fazer parecer que a evacuação é realmente uma boa coisa, uma medida razoável, sensata, bastando, haver guerra para que seja colocada em prática. Mas, para mim, a evacuação é uma história de tragédias (Winnicott, 1941/2016, p.19).

Analogamente, muitas crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional na atualidade experimentaram essa tragédia e toda a

complexidade que isso envolve, uma vez que, em geral, são os próprios familiares que violaram seus direitos. Mas, conforme questiona Peiter (2011), teriam sido essas crianças e adolescentes intencionalmente abandonadas, descuidadas, desprezadas, desamparadas? O fato é que o desamparo traz marcas a serem reeditadas ao longo da vida, e a separação de mais um ambiente (o abrigo), pode remeter o adolescente a reviver circunstâncias de dependência absoluta ou de desamparo, que leva *“a angústias e medos conhecidos e desconhecidos, mesmo que não lembrados conscientemente”* (Peiter, 2011, p. 50).

Diante dessa realidade, percebi que antes de contribuir para a promoção da autonomia desses jovens, era preciso ajudá-los a lidar com o desamparo e abandono que marcaram suas vidas, não só na esfera simbólica, mas numa realidade muitas vezes cruel, já que a reedição do desamparo vinha não só por meio da família, mas também da instituição e do Estado, que os privava de vivências importantes, às quais poderiam embasar sonhos e projetos futuros.

A partir dessa experiência, me propus a investigar esse processo de saída de adolescentes em situação de acolhimento institucional pela maioria, com a intenção de contribuir para a assistência e possibilidades de intervenção para com estes jovens, que precocemente tiveram direitos violados e desejos apagados, e que precisam de uma escuta qualificada, considerando a ética do desejo, para além da ética social, que em nome do ‘maior interesse da criança’, nem sempre os compreende, de fato, como sujeito de direitos.

Nesse contexto, no primeiro capítulo desta dissertação trarei um breve histórico sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, com as legislações e práticas que o regem, desde o acolhimento até sua saída, que no caso de adolescentes prestes a completar a maioria civil, é compulsória.

No capítulo 2 abordarei o processo da adolescência, uma importante etapa da vida humana, que compreende um momento transitório, de passagem da infância à vida adulta. É um período carregado de conflitos, descobertas e lutos a serem elaborados, numa oscilação de dependência e independência, que culminará na aquisição da maturidade e formação de identidade, mas não sem a revivência do estado de desamparo, que implica a necessidade de alguém que lhe dê suporte.

O terceiro capítulo explica os objetivos e percurso metodológico desse trabalho (com o tipo de pesquisa, participantes, instrumentos utilizados, procedimento de coleta de dados, cuidados éticos e forma de análise dos dados), que passou por modificações desde o momento do delineamento do projeto de pesquisa até sua conclusão, dado o enfretamento de adversidades que se impuseram ao longo do processo. O dispositivo formal da pesquisa encontrou entraves com a realidade imposta, e por se tratar de uma Pesquisa Qualitativa, todos os elementos que a atravessaram precisaram ser considerados. A forma de análise dos resultados foi revista, passando a considerar o lugar da transferência e contratransferência que eu ocupava, já que para a coleta de dados, precisei retornar à instituição de acolhimento na qual havia sido funcionária, o que trouxe novo viés ao material obtido.

No quarto capítulo apresentarei os resultados da coleta de dados das adolescentes participantes da pesquisa, às quais chamei de Helena e Carla, preservando suas verdadeiras identidades. Dividi o capítulo com a história de vida, entrevista semiestruturada, Procedimento Desenho-Estória com Tema e devolutiva de cada uma, separadamente.

O quinto capítulo conterà a análise e discussão dos resultados apresentados no capítulo 4, destacando, sobretudo, a dificuldade dessas duas adolescentes de associar e fantasiar sobre sua vida após o abrigo e, na ausência desta capacidade associativa, a prevalência de idealizações pouco articuladas com suas condições reais e pouco apropriadas do ponto de vista de seu mundo interno. Além disso, a tendência à repetição, na transferência, de uma relação de vigilância, durante a coleta de dados, sugere aspectos qualitativos das relações vividas no abrigo que, por sua vez, precisa ser um local que possibilite as funções de integração, personalização e maturidade de seus acolhidos, permitindo a travessia da dependência à independência relativa adulta.

Nesse contexto, nas considerações finais sobre a pesquisa, será apontada a importância de políticas que garantam maior apoio aos jovens acolhidos nesse processo, uma vez que a “amostra” apresentada sugeriu uma limitação no sentido da colaboração com as funções de integração por parte do abrigo, fazendo-se necessário, também, novos estudos acerca da temática.

## **CAPÍTULO 1: (DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Desde o período colonial a prática de institucionalização da infância se faz presente no Brasil. No final do século XVII, dado o aumento da população nas cidades, agravou-se a situação de crianças pobres e das que eram enjeitadas e abandonadas nas ruas. Nesse cenário, foi necessária a criação da primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no país, chamada Roda dos Expostos, que *“tinha como objetivo primeiro proteger a moral das famílias, dando um fim caridoso aos frutos das uniões ilícitas”* (Princeswal, 2013, p.24).

Todavia, diante da alta mortalidade das crianças nas Rodas, essas instituições passaram a ser vistas como uma política perversa, pois seu objetivo de recolher os expostos para que não morressem abandonados nas ruas se contrapunha aos resultados obtidos, visto que os menores acabavam morrendo na instituição (Princeswal, 2013):

O abandono tornou-se menos tolerado e a criança, tida como o futuro da nação, começou a ocupar um lugar de importância nas decisões políticas. Essas ações tinham, sobretudo, uma missão moralizadora e saneadora que pretendia contribuir para a construção de uma nação livre da “ignorância” e do “atraso”, segundo o pensamento da época (p.25).

Nessa trajetória de assistência à infância, o caráter caritativo deu lugar à fase filantrópica, quando se associou o público e o privado (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005), em que o Estado, baseado no modelo médico-higienista, *“promoveu a reclusão das crianças e jovens em grandes instituições como forma de prevenção de possíveis condutas desviantes, mantendo-as, durante muito tempo, afastadas de suas famílias de origem”* (Martinez & Soares-Silva, 2008, p.115), que por sua vez, eram vistas como incapazes de cuidar de seus filhos.

No século XX, diversas áreas do conhecimento, como Medicina, Pedagogia, Psicologia, Direito, Economia e Política, passaram a se apropriar de questões relacionadas à saúde, educação e segurança da infância e juventude, levando à criação de órgãos e legislações para a categoria no Brasil (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005). Dentre eles estão o primeiro Juízo de

Menores, de 1923, que funcionou como órgão centralizador dos atendimentos desses menores abandonados e delinquentes, encaminhando-os para instituições oficiais e particulares (Princeswal, 2013). Em 1941 houve a criação do Serviço de Assistência do Menor (SAM), substituído em 1964, período do Golpe Militar, pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que veio para “*reforçar a prática da internação como a medida mais utilizada para “proteger” a sociedade da convivência incômoda com crianças e adolescentes socialmente marginalizados*” (Princeswal, 2013, p.26).

O Código de Menores de 1927 regeu ainda o início da Ditadura Militar no Brasil, quando os internatos de menores recebiam tanto os órfãos e abandonados, quanto os julgados pela justiça, tidos como infratores ou delinquentes. De acordo com Princeswal (2013), depois de anos de debates, o Código de Menores foi substituído em 1979, consagrando a noção de menor em situação irregular, que corroborou para a manutenção da visão da criança marginalizada como problema e patologia social.

Na década de 1980, as discussões sobre a temática da infância e juventude tiveram influência direta das normativas internacionais (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005):

Em 1985, com a edição das *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing-Pequim*, são estabelecidas exigências procedimentais, com o objetivo de diminuir a arbitrariedade na aplicação de medidas aos infratores juvenis. O documento normativo de maior relevância, nesse âmbito, é a *Convenção sobre Direitos da Criança* de 1989, que incorpora a Doutrina da Proteção Integral (p.45).

Neste período, no Brasil incidia o processo de redemocratização e as políticas voltadas aos menores passaram a ser questionadas. Conforme aponta Princeswal (2013), estudos começaram a ser realizados, ressaltando-se os danos sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes internados, os elevados custos para a manutenção dos internatos, crescendo a pressão de profissionais das ciências humanas para o “*fechamento de algumas instituições, tidas como verdadeiros “depósitos” de crianças*” (p.26), pois, além do grande número de internados, a ausência de contato com o mundo externo, reforçava rupturas, desconsiderando seu processo de subjetivação.

Com a inclusão do Artigo 227, no capítulo VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a criança e o adolescente passam a ser vistos como prioridade absoluta, culminando na publicação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). O Estatuto não compreende somente a criança em situação irregular, mas toda “*pessoa em fase de desenvolvimento*”, até os dezoito anos de idade, o que abre “*espaço para um novo paradigma jurídico, político e administrativo, que preconiza a proteção integral à infância, baseado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança*” (Princeswal, 2013, p.31).

Essa nova perspectiva inclui a noção de que Família, Comunidade, Sociedade em geral e o Poder Público têm a obrigação de assegurar, “*com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária*”, e que “*nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais*” conforme disposto, respectivamente, nos Artigos 4º e 5º do ECA (Brasil, 1990).

Dessa forma, proteger e propiciar condições para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes não seriam mais atos de generosidade ou caridade, e sim uma obrigação legal (Instituto Fazendo História, 2008). E para que isso fosse garantido, especialmente no tocante à preservação dos vínculos familiares e comunitários, intensificou-se no país “*a construção de uma série de leis e normativas, produzindo o reordenamento na esfera jurídica, política e social, com desdobramentos diretos relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes*” (Princeswal, 2013, p.23), dentre as quais estão a Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, a Política Nacional da Assistência Social, em 2004, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em 2006, as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em 2009, e as Leis 12.010 de 2009, e 13.509 de 2017, que dispõem sobre Adoção.

Todavia, quando são ameaçados ou violados esses direitos, “*por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta*” (Brasil, 1990, Art. 98), medidas de proteção precisam ser tomadas por autoridades competentes, baseadas em recomendação técnica a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, realizado por equipe interprofissional do órgão aplicador da medida ou por equipe formalmente designada para este fim, sob supervisão e estreita articulação com Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência do órgão gestor da Assistência Social (CONANDA & CNAS, 2009).

Esse estudo diagnóstico deve abarcar, de forma criteriosa, a avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente, bem como as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados. A partir de uma escuta qualificada dos envolvidos no processo, é preciso analisar se há necessidade do afastamento familiar ou se os riscos decorrem exclusivamente do contexto social, histórico e econômico de vida da família, e se garantir o apoio, orientação e acesso às diversas políticas públicas seriam suficientes ou não para reduzi-los, possibilitando a manutenção do convívio familiar (CONANDA & CNAS, 2009).

Quando constatada a necessidade de afastamento, é preciso observar se na família extensa ou comunidade há pessoas significativas que possam e aceitem se responsabilizar pelos cuidados daquela criança ou adolescente. Se esgotadas, ou não existindo essas possibilidades, a autoridade judiciária considerará o encaminhamento para Serviço de Acolhimento, como medida de proteção, conforme previsto no Artigo 101 do ECA, considerando, prioritariamente, o interesse superior da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

Os Serviços de Acolhimento são entidades governamentais e não governamentais devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (Brasil, 1990), responsáveis por acolher temporariamente crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, devido ao abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio familiar de origem ou,

na sua impossibilidade, colocação em família substituta. Dentre as modalidades desse serviço estão Abrigo Institucional, Casa-Lar, Família Acolhedora – para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – e República – para jovens entre 18 e 21 anos (CONANDA & CNAS, 2009).

Cada uma das modalidades de acolhimento tem características próprias, mas todas com a mesma proposta de proteger e educar crianças e adolescentes que estão em medida protetiva, baseadas nos princípios de: Excepcionalidade e Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar; Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários; Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não-discriminação; Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado; Garantia de Liberdade de Crença e Religião; Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem (CONANDA & CNAS, 2009).

Nessa perspectiva, atendendo às ações do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA & CNAS, 2006), que rompe com a concepção das grandes instituições fechadas, como os antigos orfanatos, educandários ou colégios internos, foram estabelecidos novos parâmetros de atendimento em serviços menores, que contemplassem a restrição ao número de crianças, o não desmembramento do grupo de irmãos, a integração à vida comunitária, a preservação dos vínculos familiares, quando possível, ou a busca por uma família substituta, o protagonismo da criança e adolescente em seu processo, com direito à verdade sobre a própria história e respeito a sua opinião (Instituto Fazendo História, 2008).

O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional passa a ser equiparado ao guardião legal, para todos os efeitos de direito, devendo remeter semestralmente à autoridade judiciária relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da reavaliação (Brasil, 1990). A entidade deve, ainda, elaborar um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que contemple a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto internamente, quanto no seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. Nesse documento é importante conter a apresentação, histórico, valores e objetivos da instituição; a organização do serviço, com seu organograma e quadro de

pessoal, atividades psicossociais, fluxo de atendimento e articulação com outros serviços que compõe o Sistema de Garantia de Direitos; fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem e preparação para o desligamento do serviço; monitoramento e avaliação do atendimento e as regras de convivência (CONANDA & CNAS, 2009).

Quando a criança ou o adolescente chega à entidade, e durante todo o período em que o acolhimento for necessário, é preciso que encontre uma atitude receptiva e cuidadosa por parte da equipe, que ofertará um ambiente e cuidados facilitadores do seu desenvolvimento integral, a superação de vivências de separação e violência, a apropriação e ressignificação de sua história de vida, bem como o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social (CONANDA & CNAS, 2009).

Um instrumento que garante o acompanhamento desse trabalho é o Plano Individual de Atendimento (PIA) (Brasil, 2009), elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do Programa de Acolhimento, junto com o Conselho Tutelar e de forma articulada com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e Juventude, e setores das políticas públicas básicas e especiais, como saúde, educação, habitação, cultura, lazer, esporte etc. Esse Plano de Atendimento deve conter os objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos por todos os atores envolvidos no processo (CONANDA & CNAS, 2009):

A elaboração do Plano de Atendimento Individual e Familiar deve envolver uma escuta qualificada da criança, do adolescente e de sua família, bem como de pessoas que lhes sejam significativas em seu convívio, de modo a compreender a dinâmica familiar e as relações estabelecidas com o contexto. É necessário que a criança, o adolescente e as famílias tenham papel ativo nesse processo e possam, junto aos técnicos e demais integrantes da rede, pensar nos caminhos possíveis para a superação das situações de risco e de violação de direitos, participando da definição dos encaminhamentos, intervenções e procedimentos que possam contribuir para o atendimento de suas demandas (p.34).

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (CONANDA & CNAS, 2009), o Plano de Atendimento precisa ser sempre dinâmico e aberto a mudanças, reformulações e aprimoramento, baseado nas intervenções realizadas e em seus resultados, visando à superação das situações que levaram ao acolhimento, e será revisado pelo Judiciário em Audiências Concentradas, trimestralmente, de forma que o

tempo máximo de acolhimento não ultrapasse 18 meses, salvo comprovada necessidade (Brasil, 2017).

Todavia, nem sempre a situação do acolhido se ‘resolve’ nesse prazo, e quando as tentativas de reintegração à família de origem são esgotadas, a investida é para colocação em família substituta, mas aí outro obstáculo se insere, a de que o ‘perfil adolescente’ não é desejado pela maioria dos pretendes à adoção. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção, do Conselho Nacional de Justiça (2019), a porcentagem dos pretendentes interessados vai reduzindo conforme o avanço da idade da criança, além disso, mais da metade deseja adotar somente uma, sem irmãos, o que não corresponde à realidade da maior parte das crianças e adolescentes em condições legais para adoção, conotando que muitos deles permanecerão no abrigo até a maioridade.

No Brasil, 4.151 adolescentes entre 16 a 17 anos vivem em serviços de acolhimento institucional, segundo dados do Senso SUAS 2014. Destes, há um número considerável que ao atingir a maioridade e sair dos serviços de acolhimento, precisa enfrentar os desafios de uma nova etapa da vida cheia de responsabilidades, com pouco ou nenhum suporte de pessoas, organizações ou políticas públicas. Dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) coletados entre março de 2012 e março de 2013, em um levantamento com 86% dos serviços de acolhimento do país, revelam que nesse período 1.141 adolescentes acolhidos foram desligados dos serviços por completarem 18 anos. Um número significativo de jovens que ainda precisam de suporte e auxílio para seguir a vida de forma produtiva e saudável (Instituto Fazendo História, 2016, p.9).

Nesse enquadre, o PPP deve prever metodologia voltada à preparação gradativa e contínua para a saída desses adolescentes da instituição. Esse desligamento não pode ser encarado como um momento apenas, mas como resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia de cada adolescente, que lhes possibilite a construção de um projeto de vida, fortalecimento dos vínculos comunitários significativos, ampliação do acesso à educação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, capacidade de cuidado consigo mesmo e responsabilização por suas ações e escolhas (CONANDA & CNAS, 2009).

Contudo, conforme discutem Figueiró e Campos (2013), fica evidente a falta de concepção pedagógica da instituição de acolhimento nesse processo de preparação do jovem à vida adulta, apontando a ineficiência ou até inexistência de um trabalho em rede para essa travessia. Eles afirmam que as

ações praticadas para lidar com o processo de desligamento assumiam a marca do arranjo, da falta de planejamento e sistemática, remetendo ao paternalismo e assistencialismo, numa reedição da política de assistência social constatada no início do século XX, na qual a garantia de direitos era confundida com a oferta de favores. Os autores concluem que há carência de políticas públicas, articuladas com os abrigos, que garantam esses direitos aos jovens que vivenciam a experiência do desacolhimento pela maioria, destacando que mais que *“visar à correção e adequação dos sujeitos às suas regras, os serviços devem objetivar a produção de sua autonomia e continuamente atuar preservando o direito à esperança, fundamental para o exercício pleno da cidadania”* (Figueiró & Campos, 2013, p.124).

Uma ferramenta relativamente nova que tem se mostrado útil para auxiliar nesse processo de saída pela maioria é o Apadrinhamento Afetivo, regulamentado pela Lei 13.509/2017. Trata-se de um Programa por meio do qual pessoas da comunidade, não inscritas no cadastro de adoção, são previamente selecionadas e preparadas para proporcionar a crianças e adolescentes com poucas perspectivas de retorno à família de origem ou adoção, o estabelecimento de vínculos externos à instituição, ampliando sua rede de apoio afetivo e comunitário, contribuindo, assim, para seu desenvolvimento social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro (Brasil, 2017). Contudo, apesar do Apadrinhamento ser uma relevante estratégia para o fortalecimento da convivência comunitária desses acolhidos, ainda não é uma prática estabelecida em todos os municípios, pois, muitas vezes, ainda é visto como uma forma de ‘furar a fila’ da adoção.

É previsto ainda, na política, o serviço de acolhimento em República, destinada a jovens entre 18 e 21 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que não possuam meios para autossustentação, particularmente indicado para os que estão em processo de desligamento de abrigos, por terem completado a maioria, mas que ainda não tenham conquistado a autonomia (CONANDA & CNAS, 2009).

Entretanto, a maior parte dos municípios não possui esta modalidade de serviço e nem todos os jovens atendem ao perfil desejado pela República, de forma que a saída das instituições ocorre, em geral, aos 18 anos, idade em que

nem sempre a travessia do 'adolescer' se completou, conforme será discutido no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2: ADOLESCER

Adolescer é um verbo que, segundo os dicionários, significa ‘entrar na adolescência, crescer, desenvolver-se’. Ele é classificado pela Língua Portuguesa como ‘intransitivo’, ou seja, que não necessita de complemento, por ter sentido completo. Todavia, quando se trata de verbos relacionados à vida humana, pode-se dizer que todos são transitivos, já que só é possível crescer e desenvolver a partir de um “quem” e um “o quê”, que acompanhe e dê amparo. Essa noção, para a Psicanálise, é central na constituição do psiquismo humano.

Explanarei sucintamente. Para Winnicott (1962b/1983), a criança já tem dentro de si um impulso natural para o desenvolvimento, mas ele só ocorre a partir da provisão de um ambiente que o facilite. Ambiente esse que, primeiramente, é representado pela mãe ou seu substituto. Nas palavras de Winnicott (1962b/1983):

As forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, e com condições suficientemente boas a criança progride; quando as condições não são suficientemente boas essas forças ficam contidas dentro da criança e, de uma forma ou de outra, tendem a destruí-la (p. 63).

O autor explica que no início da vida há uma dependência extrema do bebê à mãe, que precisa estar com ele identificada para saber do que necessita, *“como ser segurado ao colo, mudado de lado, deitado e levantado, ser acariciado; e, naturalmente, alimentado de um modo sensato, o que envolve mais do que a satisfação de um instinto”* (Winnicott, 1962b/1983, p.67). Essa identificação inicial favorece as funções maternas de  *Holding* (sustentação),  *Handling* (manejo) e a Apresentação dos objetos, que facilitam *“a tendência inata da criança de habitar o próprio corpo e apreciar as funções dele, e de aceitar a limitação que a pele acarreta, como membrana limitante, separando o eu do não-eu”* (Winnicott, 1962b/1983, p.66).

No entanto, quando o cuidado materno (ambiental) falha, a fraqueza do ego do bebê se torna manifesta, dificultando seu desenvolvimento emocional, já que é um ser imaturo que está *“continuamente a pique de sofrer uma ansiedade inimaginável”* (Winnicott, 1962a/1983, p.56), isto é, vivendo

angústias impensáveis de desintegração, de cair para sempre, de não ter conexão alguma com o corpo e de carecer de orientação espaço-temporal. Assim sendo, o fraco ego do bebê precisa ser amparado pelo ego materno para se fortalecer e fazer emergir seu verdadeiro self (Winnicott, 1960/1983).

A esse estado do recém-nascido humano – inteiramente dependente de um outro para satisfazer suas necessidades e impotente para realizar a ação específica adequada que coloque fim à sua tensão interna, já que seu aparelho psíquico ainda não pode dominá-la – Freud chamou *Hilflosigkeit*, que pode ser traduzido como Desamparo (Laplanche & Pontalis, 2001).

Dessa forma, o estado de desamparo, que acompanha o ser humano desde o começo, coloca-o frente à necessidade de um encontro com um outro que o ofereça amparo e proteção, e imprime marcas com as quais irá lidar de diferentes formas e reedições ao longo da vida (Peiter, 2011). O sujeito se voltará sempre numa tentativa de apaziguamento desse desamparo fundamental que o constitui, e é a procura do amor do outro que aplacará essa sensação (Ferrão & Poli, 2014).

Conforme discute Resstel (2015), na teoria freudiana o desamparo é então associado ao medo de perder o amor de quem ocupa a função de cuidado e proteção, já que o perigo maior é de ser abandonado e deixado à própria sorte. *“Quando se perde o amor do outro, surge a angústia da separação”* (p.95). Sendo assim, para o adulto, o estado de desamparo é o protótipo da situação traumática, de perigo, geradora de angústia (Laplanche & Pontalis, 2001).

Seguindo essa sequência, ansiedade-perigo-desamparo (trauma), podemos agora resumir o que se disse. Uma situação de perigo é uma situação reconhecida, lembrada e esperada de desamparo. A ansiedade é a reação original ao desamparo no trauma, sendo reproduzida depois da situação de perigo como sinal em busca de ajuda. O ego, que experimentou o trauma passivamente, agora o repete ativamente, em versão enfraquecida, na esperança de ser ele próprio capaz de dirigir seu curso. É certo que as crianças se comportam dessa maneira em relação a toda impressão aflitiva que recebem, reproduzindo-a em suas brincadeiras. Ao passarem assim da passividade para a atividade tentam dominar suas experiências psiquicamente (Freud, 1926/1996, p.164).

Neste contexto, a adolescência se apresenta como momento privilegiado na vida de vivências de angústia e desamparo, já que para crescer, tornar-se

independente, é preciso se separar. Mas antes de desdobrar essa condição, vamos à sua definição.

A palavra “adolescência” tem uma dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento, em resumo o indivíduo apto a crescer. Adolescência também deriva de *adolescere*, origem da palavra adoecer. Temos assim, nesta dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida) (Outeiral, 1994, p.6).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é o período de transição da infância para a idade adulta, tendo seu início geralmente associado ao aparecimento da puberdade e de características sexuais secundárias, mas com o final menos claramente definido, variando muito de cultura para cultura, sobretudo no que se refere ao alcance da independência adulta. A OMS compreende que, em geral, a adolescência ocorre entre os 10 e 19 anos, já a Organização das Nações Unidas (ONU) entende que a faixa etária é dos 15 aos 24 anos (WHO, 1986). No Brasil, de acordo com o ECA, é considerado adolescente quem tem entre 12 e 18 anos de idade, podendo estender, excepcionalmente, em casos previstos em lei, até os 21 anos (Brasil, 1990).

A OMS aponta ainda que a adolescência é caracterizada pelo desenvolvimento biológico, desde o início da puberdade até a plena maturidade sexual e reprodutiva, pelo desenvolvimento psicológico dos padrões cognitivos e emocionais da infância até a idade adulta, e pela emergência do estado de dependência socioeconômica total da infância para um de relativa independência (WHO, 1986). Nessa linha, Outeiral (1994) explica que a adolescência, para além de mudanças biológicas, características da Puberdade, é um fenômeno psicológico e social, com diferentes peculiaridades, de acordo com o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve.

O pai da Psicanálise, Sigmund Freud, apesar de não ter se ocupado especificamente do termo “adolescência”, abordou-a por meio das “transformações da puberdade” no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud 1905/1996), em que esclarece que “*a vida sexual infantil*

*pré-determina o jogo das transformações presentes na puberdade, que põe o jovem na direção da genitalidade*” (Rosa, 2002, p.228). Nessa fase, há um aumento da pressão pulsional, que rompe o equilíbrio do período de latência com a reedição do interesse pela investigação sexual, fruto dos excessos hormonais, e culmina na reatualização de fantasias incestuosas, próprias da trama edípica, exigindo um afastamento doloroso dos pais, colocando à prova sua constituição subjetiva (Griffa & Moreno, 2011; Rosa, 2002).

Ao vivenciar as mudanças ocorridas no corpo pela puberdade, o adolescente se depara também com os efeitos dessa nova imagem em sua identidade, que o aproxima do desejado e temido mundo dos adultos, mas implica a perda definitiva da condição de criança. Segundo Aberastury (1981, p.13), *“é o momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento”*. Para a autora, esse processo remete ao enfrentamento de três lutos fundamentais por parte do adolescente: o luto pelo corpo infantil, o luto pelo papel e a identidade infantis e o luto pelos pais da infância. Há um conflito entre o desejo de crescer e o de manter-se criança, já que é preciso abrir mão dos benefícios desta condição, enquanto se submete ao desafio de ser reconhecido como um adulto.

À vista disso, essa etapa fica marcada por uma flutuação entre os extremos da dependência e independência, *“e só a maturidade lhe permitirá, mais tarde, aceitar ser independente dentro de um limite de necessária dependência. Mas, no começo, mover-se-á entre o impulso ao desprendimento e a defesa que impõe o temor à perda do conhecido”* (Aberastury, 1981, p.13). Nesse trânsito, surgem as contradições, confusão, ambivalência, dor e atritos com o meio familiar e social, que configuram, por sua vez, um quadro frequentemente confundido com crises e estados patológicos (Aberastury, 1981). E essas ‘crises e patologias’, desdobradas nos fenômenos sociais da delinquência, vício, prostituição, promiscuidade sexual, rebeldia e inconformismo, mesmo não sendo exclusivas da adolescência, são comumente associadas a esse período (Griffa & Moreno, 2011).

Para Knobel (1981), isso se dá pela vulnerabilidade representada pelos adolescentes, que proporciona um aumento desses fenômenos nesse estágio da vida, dados os desequilíbrios e instabilidades extremas pelas quais passam.

Ele explica que as lutas e rebeliões do adolescente são reflexos dos conflitos de dependência infantil persistentes, bem como da postura defensiva dos processos de luto, de forma que cada um exterioriza sua perturbação de acordo com sua estrutura, experiência e contexto sociocultural. O autor entende que não é possível atravessar essa etapa de estabelecimento da identidade adulta sem passar por certo grau de conduta patológica, a qual considera inerente à evolução normal desse período:

Ao viver uma etapa fundamental de transição, sua personalidade tem características especiais que nos permitem situá-lo entre as chamadas personalidades *marginais*, no sentido da adaptação e da integração que acabamos de esboçar. Anna Freud diz que é muito difícil assinalar o limite entre o normal e o patológico na adolescência, e considera que, na realidade, toda a comoção deste período da vida deve ser considerada como normal, assinalando também que seria *anormal* a presença de um equilíbrio estável durante o processo adolescente (p.27).

Com esse raciocínio, Knobel (1981) estabelece o conceito de “Síndrome Normal da Adolescência”, sintetizando uma sintomatologia característica desse estágio da vida. A saber: 1) Busca de si mesmo e da identidade; 2) Tendência grupal; 3) Necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) Crises religiosas; 5) Deslocalização temporal; 6) Evolução sexual; 7) Atitude social reivindicatória; 8) Contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta; 9) Separação progressiva dos pais e 10) Constantes flutuações de humor e do estado de ânimo. Knobel (1981) conclui que a partir do conhecimento desses sintomas é possível aceitar a anormalidade habitual no adolescente e, por conseguinte, aproximar-se mais produtivamente deste período da vida, de modo que entendê-lo do ponto de vista adulto facilitaria “*seu processo evolutivo rumo à identidade que procura e precisa*” (p.59).

Ocorre que, conjuntamente, os pais também vivenciam lutos, necessitando elaborar a perda do corpo do filho pequeno, sua identidade e relação de dependência infantil, ao mesmo tempo em que se defrontam com o prenúncio do seu próprio envelhecimento e morte (Aberastury, 1981). O adolescente passa a ser, então, objeto de inveja e competição, enfrentando a contradição dos adultos, que parecem recusar a óbvia maturação de seu corpo, mantendo-lhe como criança, numa subordinação que destoia dos valores que eles mesmos lhe ensinaram (Calligaris, 2013):

Querem que ele seja autônomo e lhe recusam essa autonomia. Querem que persiga o sucesso social e amoroso e lhe pedem que postergue esses esforços para 'se preparar' melhor. É legítimo que o adolescente se pergunte: mas o que eles querem de mim, então? (p.26).

Ou seja, o adolescente é um sujeito capaz, instruído pela escola, pelos pais e pela mídia, a adotar os ideais de sua comunidade, sobretudo o sucesso nas relações amorosas, sexuais, e o poder no campo produtivo, financeiro e social, tornando-se desejável e invejável. Entretanto, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a empreitada, ainda não é autorizado pelos adultos a exercê-la (Calligaris, 2013):

Parado na frente do espelho, caçando as espinhas, medindo as novas formas de seu corpo, desejando e ojerizando seus novos pelos ou seios, o adolescente vive a falta do olhar apaixonado que ele merecia quando criança e a falta de palavras que o admitiam como par na sociedade dos adultos. A insegurança se torna assim o traço próprio da adolescência (p.25).

E enquanto a identidade adulta não é atingida, o adolescente vive uma espera, nomeada por Erikson (1968/1972) de moratória psicossocial, em que o indivíduo se prepara para a autonomia ao mesmo tempo em que recebe ainda da família apoio, proteção e orientação, e é menos exigido socialmente do que o adulto (Griffa & Moreno, 2011). Segundo Calligaris (2013), esse fenômeno é novo, contemporâneo, e é *“com a modernidade tardia (com o século que mal acabou) que essa moratória se instaura, se prolonga e se torna enfim mais uma idade da vida”* (p.16), e estender essa espera é que mantém ou torna inadaptado e imaturo o adolescente.

A maturidade, na teoria winnicottiana, é a progressão da dependência absoluta à independência, e sinônimo de saúde mental. Ele afirma que *“saúde é maturidade, maturidade de acordo com a idade do indivíduo”* (Winnicott, 1962b/1983, p.63), e não se refere à saúde apenas como ausência de doença mental, mas à riqueza do indivíduo em termos de realidade psíquica interna, à riqueza da experiência.

Para Winnicott (1958/1983), um dos sinais mais importantes do amadurecimento emocional é a capacidade do indivíduo ficar só. Essa capacidade, segundo ele, surge justamente da experiência *“de ficar só, como lactente ou criança pequena, na presença da mãe”* (p.32), estabelecendo

assim, um paradoxo, já que se trata da capacidade de ficar só quando mais alguém está presente.

Seja qual for o estágio do desenvolvimento que se considere, são sempre os conflitos do bebê ou da criança que são o tema central. É a tendência inata no sentido da integração e do crescimento que produz a saúde e não a provisão ambiental. Ainda assim é necessária provisão suficientemente boa, de forma absoluta no princípio e de forma relativa em estágios posteriores, no estágio do complexo de Édipo, no período de latência e também na adolescência (Winnicott, 1962b/1983, p.65).

Portanto, é preciso que o indivíduo diminua gradativamente a dependência da provisão ambiental para amadurecer de acordo com sua idade. O Artigo 5º do Código Civil brasileiro, de 2002, estabelece que a menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil (Brasil, 2002). Chega-se então à maioridade, que significa a capacidade que a pessoa passa a ter, perante a lei, de ser responsável por suas decisões, direitos e obrigações, ou seja, ser adulto. Entretanto, é preciso questionar se isso ocorre em nossa sociedade, de fato, aos 18 anos. Segundo Griffa e Moreno (2011):

A necessidade de maior capacitação e educação para que a pessoa possa inserir-se no mundo do trabalho com possibilidades de êxito leva a uma tendência da sociedade contemporânea de favorecer o prolongamento da adolescência ou de pelo menos alguns de seus aspectos. No caso da população jovem-estudantil, por exemplo, a extensão dos estudos universitários e a exigência posterior de estudos de pós-graduação, residências ou estágios dificultam a formação de uma nova família, aumentam a dependência psicológica e econômica dos pais e não favorecem a aceitação plena do papel e da responsabilidade do adulto. Diferentemente de sociedades precedentes, nas quais o fim da adolescência era claramente definido, vemos hoje uma passagem lenta e difusa para a maturidade. Se, do ponto de vista jurídico, o jovem é considerado apto – aos 16, 18 ou 21 anos – para casar-se, tirar carteira de motorista, votar ou realizar atos de compra e venda, para entrar no mercado de trabalho exige-se que ele tenha cinco ou mais anos de experiência (p.7).

Erikson (1968/1972) conta que uma vez perguntaram a Freud o que ele pensava que uma pessoa normal estaria habilitada a fazer bem, e ele respondeu, simplesmente: *“Lieben und arbeiten”* (*“Amar e trabalhar”*) (p.137). Deste modo, se uma ‘pessoa normal’ consegue amar e trabalhar, estão os jovens contemporâneos, futuros adultos, mentalmente capacitados para o amor, para o trabalho, para a vida?

De acordo com o autor, a rapidez das mudanças na modernidade problematiza a transmissão de uma tradição de pais para filhos adolescentes

que, por sua vez, devem se constituir, se inventar, sem referências estáveis. Além disso, de acordo com Ávila (2011), o jovem hoje consegue se libertar das cadeias de restrição sexual e, cada vez mais cedo, se faz dono de seu próprio corpo, mas, quanto à independência financeira, esta passa a ser dispensada, pois a família ‘hipermoderna’ parece dar-lhe o direito de gozar de todos seus desejos, sem a necessidade de provê-los por si mesmo. *“Hoje é comum ver-se jovens de 30 ou mais anos não apenas dependentes de seus pais, como plenamente satisfeitos com tal situação”* (p. 43).

Nesse contexto, se a aquisição da maturidade exigida na vida adulta está chegando cada vez mais tarde aos jovens contemporâneos, como é possível exigir dos adolescentes em acolhimento institucional uma rápida emancipação aos 18 anos? Perez (2018) expõe que, de forma geral, o jovem que completa a maioridade em uma instituição de acolhimento apresenta desvantagens quando comparado ao jovem que cresceu junto à família.

O Grupo nÓs – importante projeto do Instituto Fazendo História, que desde 2011 lida com a especificidade do acolhimento de adolescentes, criando estratégias de intervenção que apoiem cada um deles no processo de transição para a vida fora das instituições, facilitando a construção e fortalecimento de redes de pertencimento – aponta que ainda é preciso trabalhar muito na construção de políticas efetivas e serviços eficientes de apoio ao jovem em acolhimento e após sua saída, visto que ao completar 18 anos precisa ser desacolhido, independente de seu grau de preparo e maturidade para essa nova etapa da vida.

Eles se deparam com diversas situações práticas e vivências emocionais e sociais complexas: a ambiguidade entre o desejo e o temor de sair da instituição, as dúvidas quanto ao trabalho, a garantia de sobrevivência, moradia e, até mesmo, o despreparo para lidar com as tarefas do cotidiano. Com pouco suporte das políticas públicas, de uma rede de apoio social e emocional, muitos deles sentem-se sozinhos, perdidos, com pouca ou nenhuma referência, com baixa autoestima e com poucos recursos pessoais para seguir essa etapa da vida que exige autonomia e protagonismo (Instituto Fazendo História, 2016, p.10).

E foi essa a realidade que encontrei também em minha experiência como Psicóloga de um serviço de acolhimento institucional no interior do estado de São Paulo, que me levou a propor essa pesquisa, pois, concordando com o Instituto Fazendo História (2016), *“sempre há novos questionamentos e situações que emergem da prática cotidiana e exigem a formulação de novas e*

*diferentes estratégias*” (p. 15), de modo que novos caminhos podem ser pensados e testados, considerando, sobretudo, o desenvolvimento emocional de cada jovem, que precisa de maturidade para poder pensar e concretizar um projeto de vida.

## **CAPÍTULO 3: OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO**

### **3.1 Objetivos Geral e Específicos**

Contextualizada a temática, apresento o objetivo geral da pesquisa, que é o de compreender o processo de formação de expectativa de adolescentes que irão se desligar do serviço de acolhimento institucional em que vivem, por atingir a maioridade civil.

Como objetivos específicos, pretende-se identificar os aspectos emocionais desses adolescentes no processo de desligamento e relacionar os conflitos neles emergentes com o trabalho de preparação dessa saída, realizado pela instituição, bem como contribuir para a assistência e possibilidades de intervenção com estes jovens.

### **3.2 Tipo de Pesquisa, Participantes e Instrumentos**

Para alcançar os objetivos propostos, considerando que se trata de uma pesquisa da área de Ciências Humanas, escolheu-se uma abordagem Qualitativa que, em oposição às Ciências Naturais, busca se aprofundar no mundo dos significados, importando mais os conhecimentos, representações, práticas, atitudes e comportamentos do sujeito (Minayo, 2002).

Nesse âmbito, no momento do delineamento do projeto de pesquisa, a ideia foi selecionar como participantes dois adolescentes, entre 16 e 18 anos, que viviam em algum serviço de acolhimento institucional do interior do estado de São Paulo, cujas perspectivas de retorno para família biológica, colocação em família extensa ou substituta eram mínimas ou inexistentes no momento da coleta de dados. Contudo, como será mais bem explanado no item 3.3, os adolescentes participantes foram, na verdade, da mesma instituição à qual eu fui funcionária, e essa condição me levou a perceber, no curso da pesquisa, que a metodologia originalmente proposta precisaria ser repensada.

Por ora apresento que o plano inicial foi utilizar a modalidade “pesquisa-ação” – um tipo de investigação social com base empírica, concebida e realizada da associação de uma ação ou da resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes que representam a

situação ou o problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Minayo, 2010) – e o método clínico-qualitativo – que, segundo Turato (2008), trata-se de uma abordagem que valoriza a natureza psicológica e psicossocial, na qual o pesquisador deve criar um enquadramento da relação face a face, considerando a escuta da fala do sujeito, as trocas afetivas mobilizadas e o global de sua linguagem corporal e comportamental durante a entrevista.

Com relação aos instrumentos para coleta de dados, os selecionados a princípio foram entrevista semiestruturada e duas técnicas projetivas: o Procedimento de Desenho-Estória com Tema (PDE-T) e as pranchas 1, 2, 11, 16 e 19 do Teste de Apercepção Temática (TAT).

A entrevista semiestruturada permite uma flexibilidade, uma vez que possui questões previamente estabelecidas, mas que podem ser complementadas no decorrer da entrevista, caso seja necessário. Gil (1989) aponta que esse tipo de técnica é guiado por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. Esse roteiro foi elaborado pela pesquisadora (Apêndice A), e contempla questões acerca do histórico do adolescente no serviço de acolhimento institucional, do contato e tentativas realizadas com a família para um possível retorno, do trabalho realizado pela instituição preparando seu desligamento e como é para ele precisar deixar o abrigo pela maioridade.

O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema é uma extensão do Procedimento Desenhos-Estórias (D-E) de Walter Trinca (1972), que viabiliza a observação de aspectos projetivos da personalidade, obtidos na sequência de cinco desenhos livres, com a estimulação das histórias. Já o PDE-T, apresentado por Vaisberg (1997), consiste em convidar o sujeito a desenhar sobre algum tema específico e, em seguida, pedir-lhe que invente uma história associada livremente ao desenho, que ele mesmo registrará no verso da folha desenhada. Essas produções têm como finalidade favorecer a elaboração das experiências associadas ao tema, por meio de articulações simbólicas, bem como a investigação das angústias e defesas, a partir do direcionamento de um assunto específico, assim *“o instrumento favorece a compreensão de como aquela pessoa em seu grupo significa determinada conduta ou situação que pode, sim, ser fonte de ou contribuir muito, para o sofrimento. Dessa maneira, pode embasar uma prática clínica”* (Tardivo, 2007, p.58). Como o tema da

presente pesquisa é o desligamento do adolescente da instituição pela maioria, duas unidades foram elencadas para realização do procedimento: 'Minha vida no abrigo' e 'Minha vida depois do abrigo', a fim de favorecer a expressão dos sentimentos vivenciados pela proximidade de sua saída.

Já o TAT é considerado uma técnica projetiva que *“consiste em apresentar uma série de pranchas, selecionadas pelo examinador ao sujeito que deverá, assim, contar uma história sobre cada uma das pranchas”* (Murray, 2005, p.13). Segundo o autor, essas histórias revelam componentes importantes da personalidade, decorrentes da tendência das pessoas para interpretar uma situação humana ambígua, baseando-se em suas experiências passadas e nos anseios presentes, bem como da inclinação das pessoas que escrevem histórias utilizarem o acervo de suas experiências e expressarem seus sentimentos e necessidades conscientes e inconscientes.

A primeira prancha escolhida para ser aplicada foi a 1, intitulada “O menino e o violino”, que conforme aponta Murray (2005), evoca temáticas referentes à relação com autoridade, atitude frente ao dever e também ao ideal de ego. A segunda foi a 2 – “A estudante no campo”, que suscita a área das relações familiares, percepção do ambiente, nível de aspiração frente aos pais. A terceira, prancha 11 – “Paisagem primitiva de pedra”, que se refere a atitudes frente ao desconhecido, ao perigo, ao instintivo – ansiedade. Em seguida, a prancha 16, que apresenta um estímulo “em branco”, na qual o sujeito é levado a projetar-se totalmente, em geral evoca as necessidades mais prementes do indivíduo. E a última foi a 19, nomeada “Cabana na neve”, que apresenta conteúdos referentes à necessidade de proteção e amparo frente a um ambiente inóspito (Murray, 2005).

### **3.3 Procedimento de Coleta de Dados, Ajustes da Pesquisa e Cuidados Éticos**

Após a finalização da redação do Projeto de Pesquisa, fui em busca de instituições de acolhimento no interior paulista que tivessem adolescentes nesse processo de preparação de saída pela maioria. Entretanto, tive muita dificuldade em encontrar abrigos com participantes que atendiam ao perfil e

que estivessem abertos a colaborar. Dessa forma, diante da exigência do cumprimento dos prazos do cronograma do Mestrado, não tive outra opção a não ser retornar ao Serviço de Acolhimento do qual eu tinha sido funcionária.

Como já havia me desligado daquele abrigo há meses, e considerando que houve mudança na Diretoria da Instituição, bem como de alguns acolhidos, o Presidente aceitou participar e, mediante sua assinatura na Carta de Anuência (Apêndice B) e Declaração de Infraestrutura (Apêndice C), o Projeto foi submetido à Plataforma Brasil, recebendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do IP-USP, sob parecer nº 2.231.491 e CAAE 72190417.4.0000.5561.

Ressalto que foram respeitadas as Resoluções 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, bem como a 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/MS, que abordam, respectivamente, as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos, e as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

Os princípios básicos da bioética, como autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade foram assegurados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E), que garantem a participação voluntária dos sujeitos e dispõe sobre a justificativa, os objetivos e os procedimentos utilizados na pesquisa; a metodologia; a garantia de esclarecimentos, acompanhamento e assistência; a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma; a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Brasil, 2013).

Após a aprovação do Projeto de Pesquisa, a Coordenação do Serviço de Acolhimento autorizou a participação dos adolescentes, por meio de assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e indicou duas participantes: uma de 16 e outra de 17 anos, que sairiam da instituição ao completar 18 anos.

Elas, por sua vez, foram convidadas a contribuir com a pesquisa e, a partir do esclarecimento do processo, com a apresentação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, manifestaram aceite.

Dado o consentimento, foram agendados quatro encontros individuais com cada adolescente, numa sala reservada da instituição, para escuta e coleta de dados. O primeiro foi para realização da entrevista semiestruturada, que foi gravada e posteriormente transcrita. O segundo, para aplicação do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, que foram dois: o primeiro sobre a vida na instituição e o outro sobre a vida depois da instituição. O terceiro encontro foi para apresentação e aplicação das pranchas 1, 2, 11, 16 e 19 do TAT e, o último, para devolutiva às participantes.

Todavia, um elemento importante atravessou o momento da coleta: o fato de que essas adolescentes já estavam acolhidas enquanto eu era Psicóloga da Instituição, o que implicou no questionamento da suposta neutralidade do lugar de Pesquisadora e dos dados obtidos, visto que já havia um vínculo prévio entre as adolescentes e eu. Essa relação, em Psicanálise, é chamada Transferência: *“processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida entre eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica”* (Laplanche & Pontalis, 2001, p.514), sendo necessário considerar sua instalação, modalidade, interpretação e resolução.

Esse atravessamento ficou evidente logo no primeiro encontro, quando me vi tendo que seguir o roteiro da entrevista, com algumas questões às quais eu já sabia a resposta e elas me replicando como se fosse para um desconhecido. Fui até o final do roteiro, na intenção de cumprir a formalidade do desenho de pesquisa, porém, no decorrer da conversa, elementos de atendimentos passados vieram à tona e, já observando meu lugar transferencial, fui me sentindo como alguns dos atores do Sistema de Garantia de Direitos, aos quais os acolhidos precisam expor suas vidas, dada sua condição de medida protetiva: são interrogados pelo Conselho Tutelar, pelos Técnicos, pelo Juiz e Promotor e, dependendo do caso, até pelo Delegado.

Também durante a aplicação do TAT, cujo intuito é identificar elementos importantes da personalidade e de facilitar a expressão de sentimentos e necessidades conscientes e inconscientes, a partir da relação examinador-

examinando, ficou evidente que nosso vínculo era outro. Elas apresentaram grande dificuldade em elaborar histórias a partir das pranchas, e me coloquei numa postura mais ativa, corroborando para respostas que, a meu ver, ficaram enviesadas. Se a proposta da técnica é revelar componentes importantes da personalidade a partir da tendência das pessoas em interpretar uma situação humana ambígua, baseando-se em suas experiências passadas e nos anseios presentes, a dificuldade das adolescentes em elaborar histórias revelou o encontro com o vazio e a falta de repertório que possibilitasse a projeção. E eu, como resposta a relação transferencial já estabelecida, passei a auxiliá-las na formulação das histórias, o que invalidou o conteúdo das respostas sob o prisma de um teste, mas contribuiu para pensar a limitação delas em projetar não só as histórias, mas sonhos e planos de vida.

Turato (2008) explica que o método clínico-qualitativo propicia a acolhida das angústias e ansiedades do ser humano, a partir das atitudes existencialista, clínica e psicanalítica: *“ter uma atitude clínica significa colocar-se naturalmente frente a uma pessoa necessitada para ao menos compartilhar com ela as ansiedades e angústias pessoais, surgidas ou agravadas com sua condição de adoentado, havendo espontaneamente efeitos psicoterapêuticos”* (p.239). E por meio dessa atitude clínica, que se enfatizou em meu lugar transferencial, repensei a utilização do material obtido da aplicação do TAT, e mantive somente as respostas da entrevista e do Procedimento Desenho-Estória com Tema, cuja dificuldade de aplicação foi menor, talvez porque neste as histórias foram criadas a partir de estímulos que elas mesmas criaram, já no TAT, o estímulo vinha de fora.

Optei também por inserir dados da história de vida de cada uma, recorrendo à minha experiência passada do trabalho no abrigo, retomando memórias de atendimentos com elas. Esses ajustes na pesquisa encontraram ressonância nas palavras de Figueiredo e Minerbo (2006):

A relação sujeito e objeto em uma pesquisa tal como concebida nas ciências naturais e nas ciências sociais ou humanas implica um sujeito ativo debruçado metodicamente sobre seu objeto, munido de conceitos, instrumentos e técnicas de descoberta e de verificação — ou refutação — de suas hipóteses. Não é bem assim nas relações entre o psicanalista, suas “teorias” e seus “objetos”. A entrega do “pesquisador” ao “objeto”, o deixar-se fazer por ele e, em contrapartida, construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas faz desta “pesquisa” um momento na história de uma

relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada (p.259).

Nessa conjuntura, apesar de eu me colocar numa postura mais ativa no decorrer da coleta de dados, e a pesquisa, *a priori*, não ter a proposta de seguir o método psicanalítico de investigação, foi possível observar que havia uma relação e escuta psicanalítica implícita. Pude constatar, assim como pontua Safra (2001), que a contínua abertura para o devir é uma característica do processo psicanalítico, pois embora houvesse um desenho inicial de pesquisa, foi no decorrer de sua realização que sobreveio sua dimensão ética.

Esse reconhecimento do viés psicanalítico foi corroborado quando mais uma adversidade surgiu ao longo do Mestrado, o fato de minha primeira orientadora precisar se afastar, por motivos de saúde, e outro professor assumir o acompanhamento do meu trabalho. Esse orientador trouxe nova ótica ao material por mim apresentado, destacando, sobretudo, a importância de considerar a Contratransferência na análise dos dados, como será discutido a seguir.

### **3.4 Forma de Análise dos Dados**

À vista desse novo enquadre de Pesquisa, o conceito de Contratransferência passou a ser implicado. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), se trata do *“conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e, mais particularmente, à transferência deste”* (p.102).

Antes de desdobrar esse conceito, porém, é importante contextualizar a Psicanálise enquanto uma ciência, desenvolvida por Freud, que é, ao mesmo tempo, um método de investigação do inconsciente, um método psicoterápico e um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas (Laplanche & Pontalis, 2001). Ou seja, é um método pautado na escuta e interpretação do inconsciente, no qual pesquisa, prática clínica e teoria não se dissociam: *“o método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa”* (Rosa, 2004, p.341).

Nas palavras de Winnicott (1961/2005), a Psicanálise é especificamente um método e um corpo teórico que se preocupa com desenvolvimento emocional do indivíduo humano, sua personalidade, caráter, emoções e esforço, *“é uma ciência aplicada que se baseia em uma ciência”* (p.XIII).

Safra (2001) discute que o psicanalista, nos seus textos, aborda sua prática clínica, refletindo e conceituando sobre ela. Nos trabalhos com método psicanalítico encontra-se a historicidade pela qual o analista apresenta um testemunho de seu percurso como clínico e como teórico, desvelando o processo da constituição de sua identidade profissional, que, em transformação, *“assinala algo de seu conhecimento sobre a subjetividade humana e sobre a situação clínica”* (p.173). Nesse caso:

O fato de serem trabalhos que não utilizam a metodologia tradicional, caracterizada pela dicotomia sujeito-objeto, controle de variáveis, não os torna menos rigorosos, pois eles são também feitos com rigor, em uma outra perspectiva. Neles o rigor é dado, principalmente, pela fidelidade aos princípios que norteiam a prática da investigação psicanalítica (Safra, 2001, p. 173).

Essa rigorosidade, para Coelho e Santos (2012), se apoia nos pilares da fala (associação livre) e da escuta (flutuante), regulada pelo impacto transferencial. Esse rigor, porém, pressupõe um deslocamento do lugar do saber *“(que está sempre com aquele que fala, ainda que ele não saiba nada sobre isso), portanto, numa relação de dependência do que se produz como saber teórico ao que se coloca como saber daquele que fala (ou seja, à própria experiência do inconsciente)”* (p.93).

E neste contexto surge a Contratransferência, que, para Heimann (1949/2002), abarca todos os sentimentos que o analista experimenta em relação a seu paciente, constituindo-se uma das ferramentas mais importantes de seu trabalho:

A meu ver, a demanda de Freud de que o analista reconheça e domine sua contratransferência não leva à conclusão de que esta seja um fator perturbador e que o analista deva tornar-se insensível e imparcial. E sim que ele deve usar sua resposta emocional como uma chave para o inconsciente do paciente (p.18).

A autora sugere que o analista, além de ter sua atenção trabalhando livremente, precisa de uma sensibilidade emocional ativada para seguir os movimentos emocionais do paciente e as fantasias inconscientes, de modo que

seu inconsciente compreenda o inconsciente de seu paciente. “Ao comparar seus sentimentos com as associações e comportamentos do paciente, o analista possui os mais valiosos meios para verificar se compreendeu ou não o paciente” e, se não o faz, “suas interpretações são pobres” (Heimann, 1949/2002, p.16), uma vez que suas emoções se aproximam muito mais da essência do assunto do que a sua razão.

(...) a resposta emocional imediata do analista a seu paciente é um indicador significativo dos processos inconscientes do paciente, que guia o analista para uma compreensão mais ampla. Isto ajuda o analista a focalizar sua atenção nos elementos mais urgentes nas associações do paciente e serve como critério para a seleção de interpretações do material, que como sabemos, é sobre determinado (Heimann, 1949/2002, p.18).

E foi da análise do lugar contratransferencial que os dados coletados na entrevista e no Procedimento Desenho-Estória com Tema foram tratados. Especificamente com os desenhos e histórias, a avaliação foi por livre inspeção do material, estabelecendo contato com o conjunto da produção (Tardivo, 1997). Trinca (2013, p.103) expõe que tem “*motivos para acreditar que melhor do que o emprego de um referencial fixo de interpretação é utilizar a livre inspeção do material*”, livrando-se da tentação de considerar os símbolos de forma padronizada, visto que cada examinando apresenta seu próprio universo simbólico.

## **CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos na coleta de dados realizada com as duas adolescentes participantes, Helena e Carla. É importante ressaltar que, tendo em vista a questão ética, para garantir a preservação de suas identidades, todos os nomes apresentados são fictícios.

Em concordância com a justificativa expressa no capítulo anterior, optei por inserir dados da história de vida de cada uma, recorrendo à minha experiência passada do trabalho no abrigo e às memórias de atendimentos com elas, de modo a enriquecer a discussão com informações que não poderia ignorar.

Dessa forma, alguns elementos da entrevista já constarão nos itens “História de Vida”, e somente o que apareceu de novo acerca da temática da pesquisa é que será mencionado nos tópicos “Entrevista semiestruturada”.

Vamos aos casos.

### **4.1 Caso Helena**

#### *4.1.1 História de Vida*

Helena tem 16 anos, está no 7º ano do Ensino Fundamental, e é a sexta filha de nove irmãos, todos da mesma mãe, mas de pais diferentes. Seu pai é falecido. Foi acolhida aos nove num abrigo da grande São Paulo, junto com dois irmãos mais novos, após uma vizinha denunciar a genitora por abandono e negligência, já que deixava os filhos sozinhos em casa, à noite. Depois foi constatado que era para usar drogas. Os filhos mais velhos já estavam com a família paterna e, uma irmã, com a tia materna.

Segundo informações da cópia de prontuário de Helena daquele período, houve tentativa de apoio à mãe para reaver a guarda dos filhos, mas sem sucesso, já que tinha muitas “recaídas”. Tentaram uma aproximação com a tia materna, que já cuidava de uma irmã, mas não deu certo. Com mais de um ano de acolhimento, a genitora de Helena resolveu mudar-se para o interior de São Paulo, pois entendia que o local onde morava era propício para o consumo de droga.

Quando chegou ao município, a mãe de Helena engravidou do filho caçula e foi para uma “clínica de reabilitação”. Lá, conheceu uma moça, com quem passou a ter um relacionamento homoafetivo. Quando saiu, foi para a casa dessa companheira, que morava com a avó, e as três passaram a cuidar do bebê que nascera. Ela passou a ser acompanhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade, que, em contato com a rede de assistência de onde Helena e os irmãos estavam, optaram por transferi-los de abrigo.

Nessa segunda instituição, já no interior do estado de São Paulo, a mãe passou a fazer visitas frequentes, junto com sua companheira, que também tinha um histórico de uso abusivo de drogas, e com o filho mais novo, na época, com menos de um ano. De acordo com informações do prontuário de Helena, a genitora reclamava dos cuidados que o abrigo dava às crianças e não aderiu às ações propostas no PIA. Dessa forma, mais uma tentativa foi feita com a tia materna, mas esta não aceitou e, no final desse ano, a equipe do abrigo sugeriu ao Judiciário a possibilidade de destituição do poder familiar de Helena e seus dois irmãos, já que entendeu que haviam esgotadas as tentativas de retorno à família biológica.

No ano seguinte, o irmão mais novo de Helena, até então sob a guarda da genitora, foi acolhido também na instituição, após denúncias de que ela usava a criança para mendicância, além de continuar o uso da droga, junto com sua companheira. Depois disso, Helena e os dois irmãos foram destituídos do poder familiar e entraram para o Cadastro Nacional de Adoção. A prioridade da equipe técnica do Judiciário era manter os três irmãos juntos, contudo, devido à dificuldade de encontrar famílias dispostas a adotar irmãos nessa idade, o Juiz permitiu que cada um fosse para uma família e, no final do ano, os três começaram a receber visita de seus possíveis adotantes.

Passado um tempo, iniciaram a adaptação na casa das famílias, aos finais de semana. Os irmãos tiveram uma boa convivência e aumentaram esse estágio. Com Helena foi diferente e, em menos de um mês, a família desistiu do processo, alegando dificuldade no convívio de Helena com sua filha biológica, além de seu temperamento difícil. A equipe relatou que realmente a menina era teimosa, fechada, com dificuldade de seguir regras, além de sempre pedir para ver a genitora. Depois disso, foi solicitada a transferência da

adolescente para o atual abrigo em que mora, já que na época havia duas instituições na cidade e uma divisão por faixa etária: um atendia crianças de 0 a 12 anos e o outro, adolescentes de 12 a 18 anos. Helena chegou a iniciar uma adaptação no novo abrigo logo que completou 12 anos, porém, como havia a tentativa de manter os irmãos juntos, numa possível colocação em família substituta, essa mudança foi adiada e só depois de dois anos chegou à atual instituição.

Todavia, duas semanas após ter sido acolhida, a equipe técnica do Judiciário informou que havia uma mulher que já tinha adotado quatro crianças daquela outra instituição, chegou a conhecer Helena na época, e soube que esta estava disponível para adoção, manifestando interesse em sua guarda. Ela residia em outro estado, mas tinha uma fábrica no município, de modo que periodicamente estava na cidade, como naquela semana. Dessa forma, essa senhora foi visitar a adolescente na instituição e perguntou se queria morar com ela. Helena concordou em tentar, já que não tinha muitas perspectivas e seus irmãos já estavam com outras famílias. Contudo, devido à distância, a equipe do Judiciário quis encurtar o processo, supondo já conhecer a adotante e ficou determinado que a jovem fosse embora com ela, mesmo contra a vontade da equipe do abrigo, que pouco conhecia a adolescente e, muito menos, a pretendente a adotá-la. O acordo foi de que ficaria com sua guarda provisória por três meses e voltariam para avaliação do Juiz no final desse período. Antes de viajar, a equipe do abrigo, a pedido da adolescente, levou-a, por conta própria, para se despedir da mãe, mas a senhora que já estava com sua guarda provisória foi junto. A genitora, com um abraço e lágrimas, disse à filha para seguir seu caminho e aproveitar a oportunidade que estava tendo, coisa que ela não pôde oferecer.

Passado o tempo estabelecido em audiência, a senhora compareceu ao Fórum sozinha, dizendo que a adolescente estava adaptada, que não quis vir, pois passava mal na viagem (três dias de carro), que o Conselho Tutelar e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de sua cidade estavam acompanhando-as, e solicitou a prorrogação da guarda. Ocorre que o abrigo havia recebido uma denúncia de uma pessoa da comunidade de que essa senhora teve três filhos biológicos, que não cuidou de nenhum deles “porque era prostituta”, e sua intenção em adotar tantas crianças, levando-as para o

interior desse estado, era para exploração de trabalho infantil. Entretanto, devido à falta de provas e o parecer favorável da equipe socioassistencial do município em que Helena estava, o Juiz prorrogou a Guarda provisória por mais seis meses.

Nesse período, um dos irmãos de Helena, com o qual ela tem maior aproximação, começou a ter desentendimentos com sua família adotiva, que alegou que o contato via telefone entre a adolescente e o menino prejudicou sua adaptação, já que ele contou que os irmãos haviam feito um “pacto de sangue” para não se separarem. O irmão de Helena voltou para o antigo abrigo e, pouco mais de um mês, ela e a senhora retornaram ao interior de São Paulo, pois a adolescente já não queria mais ficar lá. Helena desenvolveu uma paralisia de membros superiores enquanto esteve fora e, desde então, faz acompanhamento com Neurologista, já que apesar de ter melhorado ainda quando estava lá, passou a apresentar um tremor constante nas mãos.

Na audiência de retorno e devolução de guarda, a adolescente não conseguiu dizer muita coisa, somente que era muito longe e sentia falta do abrigo e do irmão. Já a senhora “adotante”, se disse muito triste e decepcionada, pois fez de tudo por ela, mas não poderia dar a vida de princesa que a adolescente desejava ter, além de ter tido trabalho com ela na escola, com namoradinhos e principalmente com o pacto que dizia ter com o irmão. A Promotora permitiu que ela retornasse ao abrigo, mas proibiu o contato entre ela e o irmão, que estava na outra instituição, alegando que esse provável ‘pacto de sangue’ remeteria a uma influência de Helena sobre ele, o que dificultaria a possível colocação do irmão em família substituta.

Desde então, a equipe técnica do abrigo, da qual eu fazia parte, na época, tentou entender melhor o histórico da adolescente, seu modo de ser e passar a estabelecer um vínculo com ela, que até então não existia. Ela era mais reservada, quase não falava dos seus sentimentos, pensamentos, mas vinha nos procurar sempre que desejava ter notícias do irmão e da mãe. Com o passar do tempo, a equipe do abrigo, que desde o início discordou da decisão da Promotora, entendendo que não havia justificativa para tal proibição, entrevistou e conseguiu que a Promotoria revisse sua decisão, e os irmãos retomaram o contato. Ele foi adotado por outra família, mas mantém visitas esporádicas à

Helena até hoje. Já o contato com a genitora, nunca foi autorizado pelo Judiciário, visto que ela é destituída do poder familiar.

Helena retomou os estudos, passou a fazer aulas de ballet, cursos profissionalizantes e a frequentar os cultos de uma igreja da qual quis fazer parte. Aceitou passar por acompanhamento no serviço de Saúde Mental do município, mas como os atendimentos eram em grupo, ela não se sentia tão a vontade para expor suas questões. Sempre que tentávamos voltar ao período em que ela esteve fora, dizia que nada aconteceu.

A adolescente passou a considerar como mais provável sua saída do abrigo aos 18 anos. Teve um namoro, que não deu certo, porém já conseguia se abrir mais comigo, psicóloga da instituição. Contou de um abuso sexual que sofreu na infância por um companheiro da genitora. Disse que quando relatou à mãe o ocorrido, essa foi falar com o chefe do tráfico, que matou o rapaz. Helena sempre falava da preocupação com a mãe. Dizia que sonhava com ela e gostaria de saber como estava: *“eu não quero morar com ela, nem levar a vida que ela leva, mas queria só saber se tá bem”*. Tentamos localizá-la mesmo sem a autorização do Judiciário, mas a última informação que tínhamos era de que havia voltado para São Paulo.

Antes de eu me desligar do serviço de acolhimento, no início de 2017, duas adolescentes da instituição comentaram que certa noite Helena falou que algumas coisas aconteceram com ela no tempo em que morou em outro estado, mas que não poderia contar. Dessa vez, sob a suspeita de que esse “segredo” pudesse envolver uma ameaça à genitora de Helena, dada sua insistência em ter notícias da mãe nos últimos meses, chamei a adolescente para conversar e ela conseguiu contar, depois de mais de dois anos, o que ocorreu nesse período. Relatou situações graves de ofensas verbais a ela e sua família por parte da detentora de sua guarda, na época, além de ter passado a ser a empregada da casa e do sítio, tendo que cuidar até do curral dos bichos, mesmo quando já estava com a paralisia. Disse ainda que a senhora colocou-a para dormir no mesmo quarto do seu filho mais velho, já adulto, que havia chegado de viagem. *“Eu fiquei morrendo de medo dele fazer alguma coisa comigo. Dormi perto da porta. Na verdade nem dormi. Nesse tempo todo que fiquei lá, não conseguia dormir direito. Mas não aconteceu nada e depois ela deixou eu ir para o quarto das meninas”*.

Segundo ela, todos os adolescentes eram obrigados a trabalhar no sítio e na casa. Já sobre o esposo da senhora, Helena disse que bebia demais, vivia embriagado, ficando agressivo, e que levava uma das adolescentes para seu quarto. Quando Helena conseguiu convencê-los de que queria vir embora, diante das complicações de saúde que apresentou e de acharem que ela estava “fazendo a cabeça” das outras adolescentes para vir também, o esposo da adotante disse que se ela contasse alguma coisa sobre o que se passou lá, viria matá-la, já que não tinha medo de polícia, nem juiz.

A adolescente disse que teve coragem de contar isso tudo só naquele momento porque soube através de contato pelas redes sociais com alguns colegas com os quais estudou por lá, que a senhora que tinha sua guarda havia voltado para o interior de São Paulo com os filhos adotivos, pois se separou do então marido, mas disse que não a viu mais.

Por ter guardado tanto tempo esses acontecimentos, perguntamos à Helena se autorizava o relato para o judiciário e ela concordou, dizendo-se aliviada por ter contado.

#### 4.1.2 Entrevista semiestruturada

Conforme mencionado no início desse capítulo, descreverei aqui somente os elementos da entrevista de Helena que não constam na descrição feita sobre sua história de vida. Não obstante, a transcrição completa da entrevista encontra-se no Apêndice F.

Quando questionada se tinha vontade de sair da instituição, Helena afirmou que sim, *“porque eu já perdi muito minha infância dentro do abrigo né, minha infância e minha adolescência, então não vejo a hora de sair”*. Segundo ela, o desligamento terá vantagens e desvantagens, *“porque a gente vai ter que enfrentar tudo lá fora o que a gente não enfrenta aqui dentro”*, como trabalhar e ter grandes responsabilidades, *“é o que a gente ainda não pensa aqui dentro”*.

Além das responsabilidades, perguntei a Helena o que mais pensava sobre como seria a vida depois da saída do abrigo e ela respondeu *“ah, eu não sei...”*, *“ah, a gente vai tentar né...”*, alegando que nunca havia se imaginado, de fato, fora da instituição *“nunca parei pra pensar”*.

Questionei se a equipe do abrigo ajuda na preparação para o desligamento e ela disse que sim, pois ajudou a Érica, uma adolescente que deixou o abrigo aos 18 anos no ano anterior, na qual ela se espelha: *“a Érica tá conseguindo levar a vida dela, trabalhando, então, que eu tô vendo, tá bom”*. Perguntei então como era essa ajuda e Helena falou que é na procura de emprego, em arrumar uma casa e comprar as coisas, e o resto *“a gente se vira, né, a gente tem que se virar”*.

Contudo, ela acredita que terá auxílio de outras pessoas quando sair, o que a tranquiliza só um pouco: *“eu tenho gente que fala que quando eu sair vai me ajudar né, como minha líder, os pastor da minha igreja, os membros da minha célula sempre falou que quando precisar, eles me ajuda”*, tem também *“minha amiga, a Yasmin, que ela é bem amiga minha mesmo, então ela e a mãe dela sempre falou mesmo pra mim, quando precisasse, pra falar com elas”*.

Quanto aos seus sonhos e projetos, Helena afirmou que pretende *“começar a trabalhar, pagar minha faculdade né, que eu quero fazer parte de cirurgiã, então, tudo isso, faculdade”*, mas não sabia dizer o nome do curso nem a área de interesse, apenas que queria fazer *“cirurgia em hospital, é que eu não sei como fala o nome”*. Falei Medicina e ela concordou, completando *“também eu tô querendo entrar no Exército, pra fazer Medicina, ser Enfermeira do Exército. Então tem que estudar muito, muito, muito”*, justificando que desde pequena sonha em ser enfermeira, médica, *“e de uns tempos para cá eu coloquei na cabeça que eu quero entrar no Exército, pra fazer Enfermagem no Exército”*.

Perguntei se era para ajudar a cuidar das pessoas e ela consentiu. Na sequência, questionei se tinha mais algum sonho e Helena falou *“não... Tenho só o sonho de ajudar minha mãe né? Quando eu sair daqui, começar a trabalhar, conseguir ajudar ela”*. Comentei que médico é aquele que cuida e ela reforçou que deseja cuidar da mãe e que compreende o motivo pelo qual foi parar no abrigo, *“eu compreendo, né tia, porque desde pequena eu vejo tudo o que ela fazia isso, e eu sempre tentei esconder isso dos meus irmãos, pra eles nunca vê, mas eu compreendo, eu não tenho mágoas dela”*, e começou a chorar.

Afirmar que não havia problema em querer cuidar da mãe, mas que a torcida era para que Helena fosse primeiramente ajudada, para que conseguisse se organizar, se estruturar, para *“depois cuidar dela”*, completou, ainda chorando. Choro que, segundo ela, era *“de saudade da minha mãe”*.

Entre o choro, suspiros e silêncio, falei à Helena que podíamos conversar mais vezes, pois apesar de eu não saber mais como estavam as coisas por lá, entendia que era importante ela conseguir falar disso, já que tinha ciência da sua dificuldade em se abrir, verbalizar seus pensamentos e sentimentos, e que não era bom ficar guardando, escondendo. Ressaltei também que a saudade faz parte e acolhi seu sofrimento em relação à falta da mãe.

Quando retomei o assunto da saída aos 18 anos, perguntei se queria morar sozinha ou com alguém e Helena declarou *“eu penso sempre em morar com alguém né tia, porque eu não gosto de ficar sozinha num lugar, então, primeiro eu vou seguir, comprar uma casa, isso porque eu não quero alugar, porque alugar é muito chato (risada). Eu quero comprar casa, seguir a minha vida, depois encontrar a pessoa certa, né, no momento de Deus”*. Falou também que tem *“o sonho de adotar, tia, uma criança, quando eu completar dezoito já. Tenho vontade, porque eu não quero ter filho, então tenho vontade de adotar um bebê”*, bebê esse que, segundo ela, tem que ser da África, porque pensa nas criancinhas de lá, que passam fome, e ao ver o caso da atriz que adotou uma criança africana, enfatizou seu desejo. Quanto a ter filhos biológicos, disse que não quer, *“sei lá, é estranho, coisa de outro mundo”*.

Ao final da entrevista, indaguei se tinha medo de sair do abrigo e ela replicou que sim, *“tem que ter, né tia. A gente sempre tem que ter, não pode tentar enfrentar a vida de peito aberto, porque senão você sempre quebra a cara né, então você tem que ter um pouco de medo, um pouco de ranseio sim”*.

#### 4.1.3 Procedimento Desenho-Estória com Tema

Pedi que a Helena que fizesse um desenho com o tema *“MINHA VIDA NO ABRIGO”*. Ela parou e disse *“vixi, não tenho ideia do que desenho”*. Pegou o lápis grafite, mexeu nos coloridos, *“ixi, tia, não sei”*. Olhou pra frente, colocou a mão no queixo e, depois de uns dois minutos em silêncio, começou o

desenho “vixi, Maria!”. Desenhou, com lápis grafite, primeiro a casa (parede, telhado, janela com grade, portão).

Uma educadora gritou algo lá de baixo, “acho que alguém me chamou”, disse Helena. Depois de uns segundos, “acho que não sou eu”. Retomou o desenho debruçando-se sobre o papel. Seus cabelos encobriam o que ela fazia. Desenhou uma menina. Parou, levantou, olhou para a folha “desenho feio”, afirmou. Desenhou um menino, mais baixo que a menina. Depois fez o sol, foi girando a folha para fazer os raios, fez as nuvens, “acho que acabei”. Perguntei se queria pintar ou deixar daquele jeito mesmo. “Pode pintar?”, perguntou ela, “você que sabe”, respondi (os lápis de cor estavam todos sobre a mesa).

Começou a pintar o sol, depois as nuvens, com bastante força. Parou e disse “o (abrigo) agora tá verde né? Vou pintar de verde”. Fez os contornos do desenho mais forte e pintou mais claro. Contornou o portão de preto, quebrou a ponta do lápis, apontou, depois contornou a porta, janela, o telhado e começou a pintar o menino. Pegou o lápis rosa claro, “não, meu irmão é preto, tem que ser marrom”, e trocou o lápis. Pintou por último a menina, “acabei”.



Falei: “agora, olhando para seu desenho, pode inventar uma história, dizendo o que acontece, e anota atrás do desenho”. Ela parou, e disse: “Peraí... Nossa tia! Não tem como fazer uma história para esse desenho... Ixi, vamos ver... Não sei”. Ficou uns segundos em silêncio e resolvi começar o

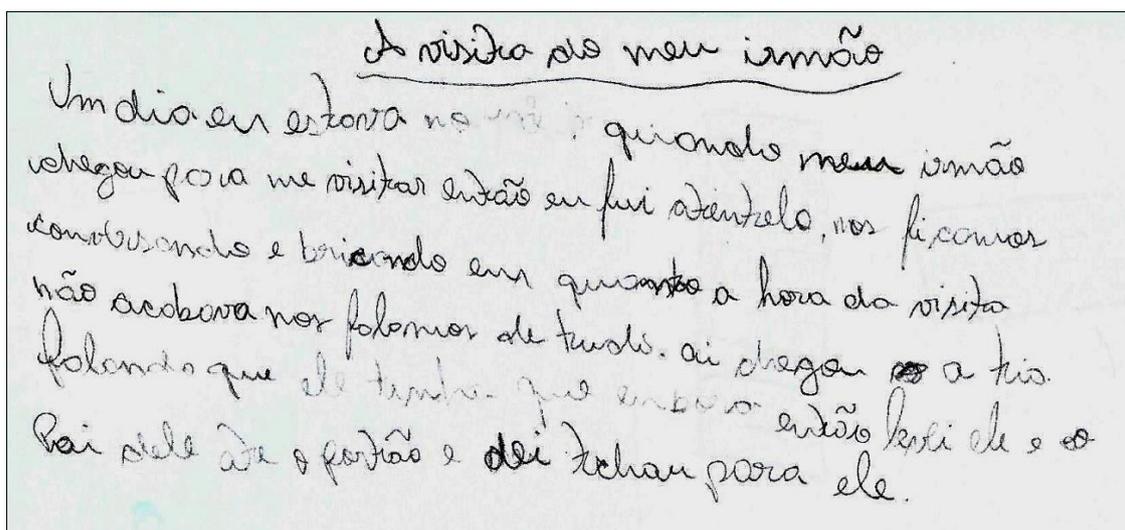
inquérito. “Quem são as pessoas?”, perguntei, “eu e meu irmão”, respondeu. “Qual?”, questionei, e ela falou o nome do irmão que é adotado. Continuei “esse aqui é o que?”, “o (abrigo)”, disse ela. “Vocês estão do lado de fora?”, “Sim, foi quando ele tava indo embora e eu fui dar ‘tchau’”, explicou. “O que é isso?”, indaguei, “a TV da sala, dá pra ver pela janela”, respondeu. “Então agora dá pra retomarmos a história”, concluí. Helena ficou em silêncio.

Depois de um tempo, disse “chegou na pior parte... Não sei”. Sugeri começar dizendo o que eles estão fazendo, mas ela não disse nada. Falei então que eu poderia anotar e ela só contaria “ah, melhor”, concordou, porém, não começava. “Pode ser real, inventada, olha o desenho, o tema”, falei. “Eu vou conseguir”, disse ela, mas manteve-se em silêncio.

Iniciei a história para ela: “vamos lá, Helena e o irmão estão conversando no abrigo e...” “vixi, tia, sou horrível para história”, falou ela, “quer tentar mais? Quer deixar?”, perguntei. “Calma aí...”, virou a folha e começou a escrever. Quando acabou, pedi que lesse para mim:

“Um dia eu estava no (abrigo), quando meu irmão chegou para me visitar, então eu fui atendê-lo. Nós ficamos conversando e brincando enquanto a hora da visita não acabava. Nós falamos de tudo. Aí chegou a tia falando que ele tinha que ir embora, então levei ele e o pai dele até o portão e dei tchau para ele”.

Agora você pode dar um título para a história. Escreveu: “A visita do meu irmão”.

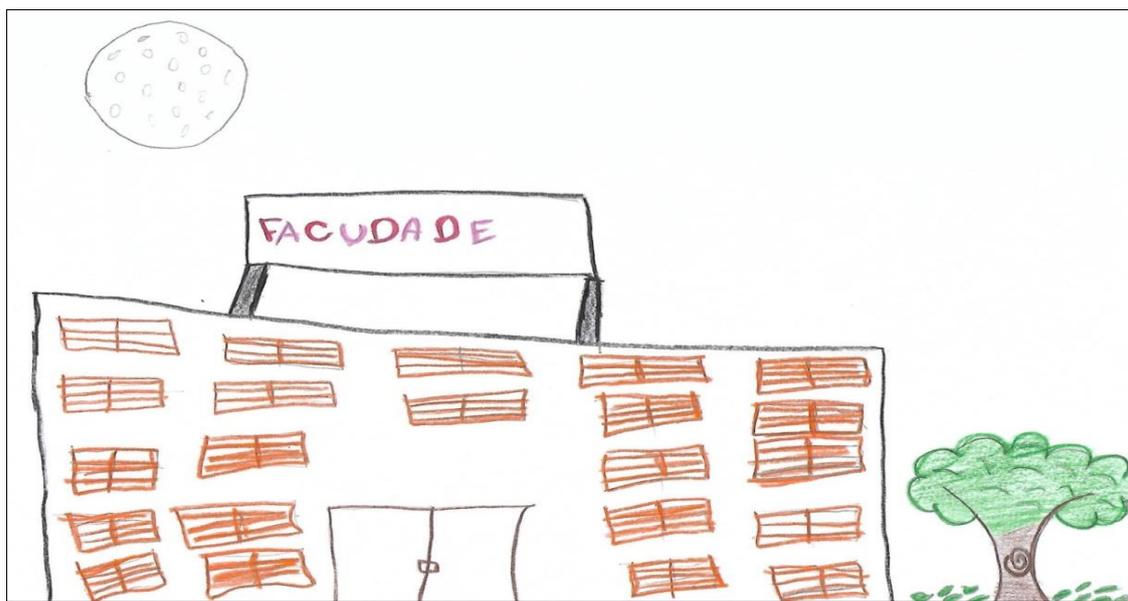


A visita do meu irmão

Um dia eu estava no abrigo quando meu irmão chegou para me visitar então eu fui atendê-lo, nós ficamos conversando e brincando enquanto a hora da visita não acabava por falamos de tudo. aí chegou a tia falando que ele tinha que ir embora então levei ele e o pai dele até o portão e dei tchau para ele.

Tempo Total: 40 minutos

Na sequência, pedi que ela fizesse um desenho com o tema “MINHA VIDA DEPOIS DO ABRIGO”. “Ixi”, disse ela, mas não demorou muito para começar. Pegou o lápis grafite e fez um prédio com janelas, grades, uma porta grande, e, em cima, uma placa “faculdade”. Depois uma árvore ao lado, folhas ao chão. “Acabei. Acabei?”, olhou para o papel. “Ah, não, falta a lua”, disse. Fez a lua, “agora acabei”, concluiu. “Então agora conte uma história sobre seu desenho”, falei. “Vou pintar primeiro”, respondeu. Começou a contornar e pintar a árvore, o prédio da faculdade e o letreiro. Deixou a lua sem pintar.



“Acabei. Agora tenho que escrever a história”, afirmou. Respirou fundo, virou a folha e começou a escrever. Quando terminou, leu para mim:

“Minha vida depois do abrigo vai ser trabalhar bastante para eu chegar onde eu quero nos meus objetivos, como pagar minha faculdade, comprar minha casa e também ajudar minha mãe”.

Em seguida, disse “agora o título né? Calma aí...”. Escreveu: “Vida após o abrigo”.

Vida Após o abrigo  
 Minha vida depois do abrigo vai ser trabalhar bastante para eu chegar onde eu quero nos meus objetivos como pagar minha faculdade ~~com~~ comprar minha casa e também ajudar minha mãe.

Não estendi muito o inquérito no segundo desenho, pois ela precisava ir para a escola.

Tempo Total: 20 minutos.

#### *4.1.4 Devolutiva*

O encontro de devolutiva com Helena foi realizado dois meses após a coleta dos dados, devido à dificuldade de conciliar as datas. Conversamos sobre os primeiros encontros, retomei a entrevista, os desenhos e as histórias.

Helena concordou com alguns pontos destacados, como o desejo de crescer, trabalhar, cuidar da mãe, mesmo não tendo certeza como, na prática, isso vai acontecer. Também disse que ficou pensativa, chorou um pouco nos dias subsequentes aos nossos encontros, pensando no tema e na mãe. Reforcei a importância de ela conseguir expressar, conversar com alguém sobre o que pensa, sente, para não guardar só para si, e me coloquei à disposição, caso quisesse.

No final, Helena me disse que um casal passou a apadrinha-la. Contou que já tem frequentado a casa deles e talvez exista a possibilidade de ser adotada, mas ainda estão conversando sobre isso e não sabe se vai acontecer. Comentou que sente que dessa vez é diferente, entende que eles estão mais interessados do que as outras famílias pelas quais passou. Além disso, a “madrinha” conversou com ela sobre sua mãe e se dispôs a ajudar a encontrá-la, caso queira vê-la após os dezoito anos, “*então eu tô mais tranquila*”, concluiu.

## **4.2 Caso Carla**

### *4.2.1 História de Vida*

Carla tem 17 anos, cursa o 3º ano do Ensino Médio, e foi acolhida pelo Conselho Tutelar, como medida de proteção, por ser vítima de abusos sexuais cometidos pelo seu padrasto. Na época tinha 15 anos e residia com ele, a mãe e dois irmãos mais novos, um de oito e outro de cinco.

A adolescente não tinha paternidade reconhecida, mas sabia que seu pai biológico falecera em decorrência da AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome* - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), quando ela era ainda bebê. Como a genitora não tinha condições de criar a menina sozinha, deixou-a com uma tia paterna, que cuidou de Carla até seus cinco anos, quando a mãe passou a morar com um companheiro e retomou sua guarda.

Ocorre que esse padrasto começou a abusar sexualmente dela aos seis anos de idade. Quando tinha 12, Carla contou para sua mãe o que acontecia, porém ela não tomou nenhuma providência. A situação se agravou quando ele passou a filmar os abusos. Foi quando a adolescente resolveu procurar o Conselho Tutelar para fazer a denúncia, contudo, os conselheiros foram atrás de sua genitora e o padrasto, mas, com medo, a adolescente retirou a queixa, dizendo que era tudo mentira. Ela tentou mais uma vez buscar ajuda, chegou a ficar acolhida por uns dias, contudo, devido à falta de provas, voltou para casa.

A jovem conseguiu então o vídeo de um dos abusos e levou até o Conselho Tutelar, que aí remeteu o caso ao Ministério Público, com grande repercussão na cidade e imprensa local. Após as denúncias, Carla ficou acolhida na instituição e seus irmãos ficaram sob os cuidados de uma tia materna, inicialmente, já que a genitora e o padrasto foram detidos.

A adolescente precisou ser transferida de colégio em virtude da exposição do seu caso na mídia, que impossibilitou uma convivência normal da rotina escolar, dado o constrangimento que sentia. Ela passou por exames num Hospital da região para investigar uma possível contaminação pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), uma vez que seu padrasto era soropositivo. Felizmente foi descartada a infecção, todavia ela precisou tomar algumas medicações e fazer um tratamento por seis meses. Também foi encaminhada para atendimento psicoterapêutico no Centro de Saúde do Município.

A rede socioassistencial da cidade passou a acompanhar o caso, e a equipe técnica do abrigo soube que Carla tinha uma grande família extensa, tanto na parte materna, quanto paterna.

Uma prima por parte de pai relatou que a mãe de Carla descobriu que era também portadora do HIV quando estava no final da gestação e, em decorrência disso, a criança precisou tomar o coquetel antiaids até os três anos de idade. Porém, para ter acesso à medicação, a bebê precisava da Certidão

de Nascimento e, pela urgência, não foi possível incluir o nome do genitor no Registro, visto que ele estava muito doente em decorrência da AIDS, além de ter perdido todos os seus documentos.

A prima contou ainda que a genitora de Carla rejeitou a filha ao nascer e quem assumiu os cuidados foi uma tia paterna, já que pouco tempo depois seu pai veio a falecer. Essa tia também não teve condições de cuidar da criança, que foi morar com outro casal de tios paternos. Esse casal cuidou dela até os oito meses, quando encontraram dificuldade em manter o tratamento médico da menina por não terem sua guarda legalizada. Eles precisaram acionar a genitora, que não permitiu que eles continuassem com a criança, alegando já poder cuidar dela.

Entretanto, a mãe não deu conta e recorreu novamente à tia da menina, que assumiu sua guarda provisória, mantendo a visita à genitora aos finais de semana. Porém, geralmente quando a criança retornava da casa da mãe, estava suja, aparentando maus cuidados. Com o tempo, a mãe arrumou um companheiro e iam fazer escândalos na casa dessa tia. Contudo, esse homem faleceu e em seguida a genitora conheceu o então padrasto de Carla, com quem se casou. O novo casal pleiteou a guarda da menina, que na época tinha por volta de cinco anos, e ela voltou a morar com a mãe. Desde então, segundo a prima, esse padrasto passou a dificultar a aproximação desses familiares e, com o passar do tempo, perderam o contato.

Quanto à família materna, eram em vários tios, mas de dois deles quase não tinham notícias, pois foram adotados por outra família ainda bebês. A genitora de Carla, com suas irmãs mais velhas, foi criada por uma tia materna, pois elas foram abusadas sexualmente pelo pai, que na época foi denunciado, preso e assassinado na penitenciária.

Uma tia materna de Carla disse à equipe do abrigo que no ano anterior ao acolhimento a avó da menina passou uma temporada na casa da adolescente e presenciou uma cena, na qual o genro saiu do quarto do casal e foi dormir com a jovem. A avó procurou a filha para contar o que aconteceu, mas esta nada fez. Ela então foi para a casa dessa tia de Carla, levando a neta junto. Elas procuraram a delegacia para registrar Boletim de Ocorrência e a adolescente foi encaminhada para exames de corpo delito.

Carla ficou cerca de um mês com a família, todavia a genitora da adolescente constituiu um advogado e entrou na justiça pedindo que os tios a devolvessem. Como não tinham sua guarda, e só o exame de corpo de delito não pode ser usado como prova, pois a menina namorava um rapaz, ela voltou para casa. Como se sentiu mais encorajada e apoiada, conseguiu o vídeo do abuso para efetivar a denúncia.

No início do seu período no serviço de acolhimento, a jovem passou a receber visitas tanto dos tios paternos, quanto maternos, que já haviam cuidado dela antes. Houve interesse na guarda da adolescente de ambas as partes, mas ela optou em se aproximar dos tios maternos, já que seus irmãos menores estavam com eles.

Começou um período de aproximação e, posteriormente, de adaptação na casa desses tios. Como foi boa a convivência e a manifestação favorável da adolescente e da família, os tios assumiram sua guarda provisória e ela foi desacolhida no ano seguinte. Ela ficou com esses familiares por uns meses, mas na metade desse mesmo ano, retornou ao abrigo.

Segundo Carla, inicialmente a convivência com a tia foi difícil, pois tinham vários conflitos e ela parecia ter ciúmes da jovem com o tio. Porém, o que fez com que a adolescente pedisse para retornar à instituição foi o fato de não aceitar que a tia entregasse seus irmãos menores ao avô paterno deles, visto que até então também estavam sob seus cuidados. Contudo, como a tia não reunia condições de cuidar de todos, disse não ter outra opção. Desde então, Carla não teve mais contato com os irmãos, que foram morar com a família paterna em outro estado.

Com o passar do tempo, a adolescente referiu ter melhorado a relação com os tios, que passou a ser mais amigável. A tia também confirmou a melhora no relacionamento, mas ressaltou que a adolescente era teimosa, não gostava de aceitar os limites impostos e, inclusive, passou a namorar um rapaz de 19 anos e queria morar com ele. Apesar de não permitirem, a tia dizia que Carla não a obedecia, passou a dormir alguns dias fora de casa, até que se mudou de vez. Como ainda estava sob sua responsabilidade e não houve acordo entre elas, a menina voltou para o abrigo.

De acordo com a tia, esse rapaz era “boa pessoa” e trabalhador, mas entendia que Carla ainda era muito nova para casar. A mãe desse rapaz

procurou o serviço de acolhimento, a pedido do filho, e ficou autorizado que ele poderia visitá-la semanalmente. Com o passar do tempo, essa senhora solicitou que a adolescente passasse os finais de semana em sua casa e que ficaria responsável por ela. Ela foi orientada de que não poderia assumir sua guarda, mas atendendo ao desejo de Carla, a “sogra” passou a buscá-la e o trabalho passou a ser de preparação para sua saída do abrigo aos 18 anos.

Carla era sempre orientada pela equipe quanto às questões da sexualidade, quis começar a tomar pílula anticoncepcional, com acompanhamento da médica ginecologista, mas logo que conseguiu uma vaga como Menor Aprendiz numa empresa da região e passou a estudar a noite, terminou seu namoro.

Ela precisou interromper o acompanhamento psicológico que fazia, devido à divergência de horário pelo trabalho. Ocorre que passou a apresentar dificuldade em lidar com dinheiro e responsabilidades na empresa, apesar de, na instituição, sempre apresentar bom comportamento e cumprir seus afazeres. Em poucos meses, ela perdeu sua vaga como Aprendiz, antes mesmo de terminar o contrato. Como saí da instituição nesse período, não pude mais acompanhar sua situação.

#### 4.2.2 Entrevista semiestruturada

Conforme mencionado no início desse capítulo, descreverei aqui somente os elementos da entrevista de Carla que não constam na descrição feita sobre sua história de vida. Não obstante, a transcrição completa da entrevista encontra-se no Apêndice G.

Carla, quando questionada se tinha vontade de sair do Abrigo, disse *“certa parte sim, certa parte não, porque aqui é um lugar que às vezes a gente reclama ‘ai, eu não queria ficar aqui dentro’, ‘ai, eu não queria isso, não queria aquilo’, mas a gente acaba gostando e acostumando. Então a gente sabe que a gente um dia vai ter que desapegar, então, assim, por certas parte é bom e outras não”*.

Apesar de desejar sair, refere também ter medo, *“porque eu sei que quando eu sair vai ter muita responsabilidade lá fora com o que eu vou ter que arcar (...) como, por exemplo, eu vou ter que construir uma casa, eu vou ter*

*que trabalhar, vou ter que ter responsabilidade dos meus, nas minhas coisas, no meu serviço. Se eu, por exemplo, fizer, por exemplo, um mal a alguém, então, não querendo que eu vou fazer, mas supondo, se eu fizer mal a alguém eu vou ter que responder contra aquilo. Se eu, por exemplo, bater em alguém, eu vou ter que responder*". Ela entende que até já tem responsabilidade, mas quando sair será diferente, pois hoje tem o abrigo *"que acaba me aconselhando. Não vai ter sempre aquelas pessoas para te aconselhar o que você deve fazer ou não, a gente tem que ir pegando de agora"*.

Contudo, afirma que a ajuda por parte da equipe da instituição, com relação a sua saída, ocorre muito próxima do desligamento: *"eu acho que eles ajudam quando a gente tiver pra cima de sair. Às vezes aconselha: 'ah, você acha que quando você sai daqui vai ser igual? Não vai ser igual, porque você não vai ter as mesmas coisas', são as únicas coisas que eles falam para a gente. Não fala assim: 'ó, eu vou, eu vou ajudar você agora com isso, ou agora com aquilo', só quando tá mais próximo para sair"*. O que lhe causa a sensação de ficar tudo *"meio corrido, aí dá um dá um gelo, assim, meio que um friozinho na barriga, de falar 'nossa, tô saindo agora, como assim? Como é que vai ser daqui pra frente?'"*.

Carla declara que se a preparação começasse antes seria melhor, pois se sentiria mais segura *"ah, eu vou, mas pelo menos eu tô indo com a cabeça tranquila, não com aquela correria de que 'ah, você vai ter que correr atrás disso, você vai ter que correr atrás daquilo, vamo ver casa, vamo móvel, vamo ver tudo'. Acho que eles deixam tudo pra cima, assim, pra cima da hora"*. E reconhece que se tivesse um emprego, seria melhor. Disse estar à procura de um trabalho e, por enquanto, cursa o último ano do ensino médio, faz inglês e jazz.

Questionei sobre onde moraria e Carla falou que pretende ficar ali na região mesmo, pois sempre viveu na cidade, e deseja morar sozinha. Quer primeiro alugar uma casa, *"porque tá difícil hoje para poder comprar um terreno e uma casa"*.

Perguntei se ela conhecia algum adolescente que saiu da instituição quando completou 18 anos e ela falou da Érica: *"até hoje ela é 'Tia' aqui e trabalha aqui conosco. E dá, assim, pela história dela dá para mim, tipo assim, até uma segurança, porque quando ela saiu ajudaram muito ela, com uma*

*casa, com os móveis e hoje ela mora, é casada também, já, sempre dando conselho para a gente de como vai ser, ela passa uma realidade para a gente”.*

*Segundo Carla, Érica conta-lhes sobre a vida após o abrigo, “ela fala assim que é bom porque, assim, a gente não precisa ficar dando muita explicação para onde a gente vai, se a gente quiser ir na casa de um familiar sem avisar a gente pode ir, porém tem as responsabilidades, tem aluguel pra pagar, água, luz, não é aquela vida de adolescente que dorme, que faz cursinho, que o povo corre atrás das coisas. Tem que trabalhar para conquistar aquilo que a gente quer. É o que ela explica pra gente”.*

*Aleguei que era uma vida adulta aos 18 anos e Carla concordou, assumindo que ainda não se sente preparada para se desligar do abrigo. “Se fosse para mim falar assim ‘ah, você vai sair daqui agora para ir para sua casa’, eu acho que eu não taria preparada. Não estaria”.*

*Quanto aos seus sonhos e projetos, a adolescente relatou ter muitos, “mas o difícil é conquistar né? Tem que tá correndo atrás. Eu pretendo fazer faculdade de Enfermagem para depois mais pra frente investir na Medicina. Pretendo fazer curso de administração também, que eu acho uma área muito importante que eu trabalhava antigamente, na parte de administrativa. E... Tenho um sonho de ter minha casa, minhas coisas, meu carro, minha família... Eu tenho vontade de ter uma família que eu não pude ter, eu queria dar o amor que eu não recebi”.*

*Porém, acredita que não terá muita ajuda externa depois de sua saída, “como eu não tenho muito contato com meus familiares, eu acho que eu, acho que eu vou ter que me virar tudo sozinha”, e reconhece que só tem o abrigo como suporte “só o abrigo que estou agora que acho que pode me ajudar. A ajuda que eles já estão dando hoje já dá para dar uma média pra alguma coisa”.*

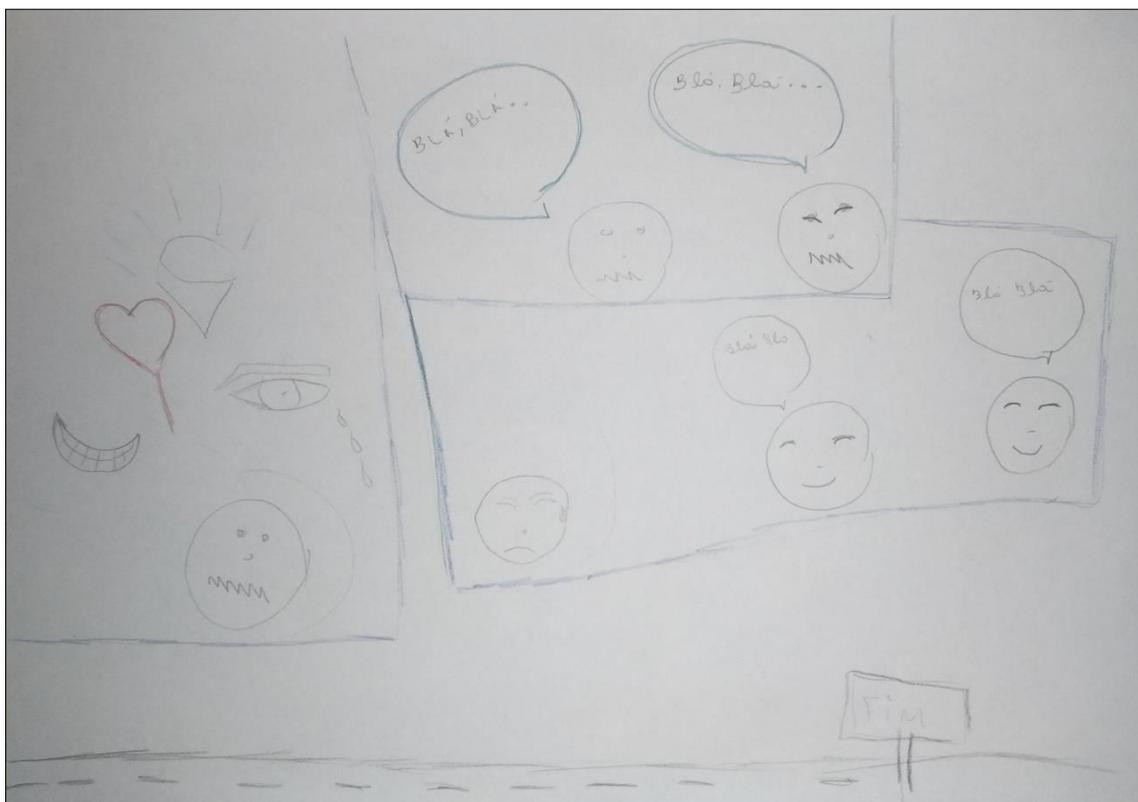
*Carla declarou também que deseja ir atrás dos irmãos e da mãe, com os quais perdeu o contato, quer “mudar tudo que aconteceu, tentar esquecer um pouco essa parte, essa história ruim”. Afirmou ter esperança em tentar uma nova relação com a mãe, porém entende que hoje não é possível, já que a equipe do abrigo alega não ter como ela ir visita-la na penitenciária, “aí eu falei assim ‘então eu espero meus dezoito anos e vou vê-la, eu mesma”.*

#### 4.2.3 Procedimento Desenho-Estória com Tema

Pedi que Carla fizesse um desenho com o tema “MINHA VIDA NO ABRIGO”. Ela disse *“que tema mais difícil! Podia ser mais fácil... Vou desenhar mais ou menos, porque não sei desenhar”*.

Logo pegou o lápis grafite, começou na base da folha, deitada, e fez a placa “Fim”. Continuou a desenhar com traços leves e, ao final, olhando para o desenho, disse *“Acabei... Nossa, o que eu fiz?”*.

Perguntei se ela ia querer pintar e ela respondeu *“não, deixa assim”*.



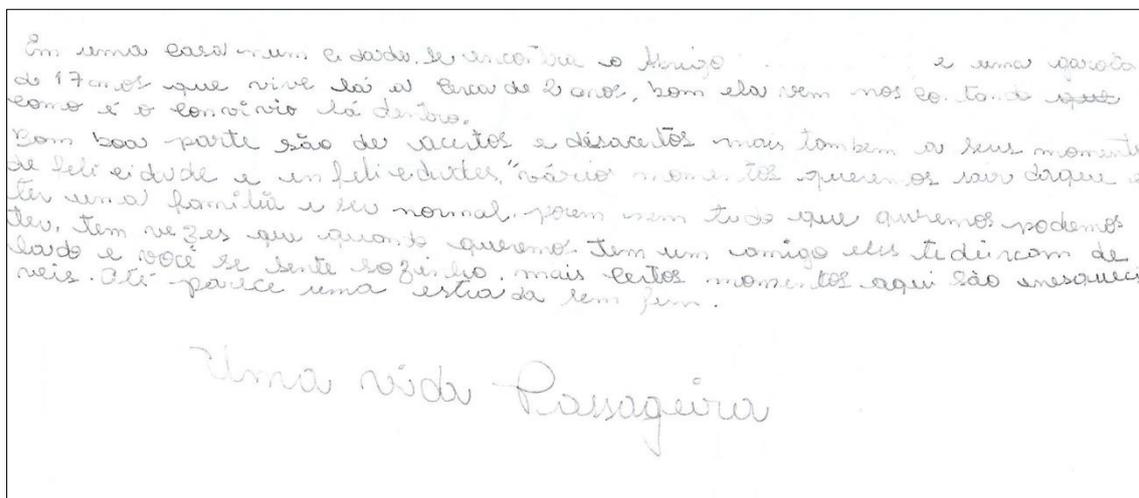
Em seguida, prossegui: *“agora você vai contar uma história sobre o desenho”*. Ela respondeu: *“como assim? Tipo o desenho como personagem?”*; *“Isso, o desenho será a ilustração do livro e a agora falta a história”*, expliquei. Ela então virou a folha e começou a escrever.

Perguntou-me como escrevia “desacertos” e eu soletei. Quando acabou, leu a história em voz baixa. Pedi para ler alto para mim depois e ela o fez:

“Em uma casa, numa cidade, se encontra o Abrigo (nome da instituição) e uma garota de 17 anos que vive lá há cerca de 2 anos. Bom, ela vem nos contando como é o convívio lá dentro. Bom, boa parte são de acertos e desacertos, mas também com seus momentos de felicidade e infelicidade. “Vários” momentos queremos sair daqui e ter uma família e ser normal, porém nem tudo que queremos, podemos ter. Tem vezes que quando queremos ter um amigo, eles te deixam de lado e você se sente sozinho. Mas certos momentos aqui são inesquecíveis. Até parece uma estrada sem fim”.

Carla, explicando o desenho, disse que ilustrou sua vida no abrigo, os momentos de acertos de desacertos, alegrias, tristezas, raiva, medo... Perguntei o porquê do “caminho sem fim” e ela respondeu que demora a passar, parece que não vai ter fim. Nisso, pegou os lápis coloridos, começou a contornar seu desenho e me perguntou o que eu faria com ele. Respondi que iria guardar, juntar com o restante do material da entrevista, analisar, conversar com eles depois e futuramente publicaria na pesquisa, conforme tinha explicado na assinatura do Termo de Assentimento.

Ela concordou e cometei que faltava o título. Ela então escreveu: “Uma vida passageira”.



Tempo Total: 15 minutos

Continuando, solicitei a Carla que fizesse um desenho com o tema “MINHA VIDA DEPOIS DO ABRIGO”. Ela, sem questionar, iniciou.

Com o lápis grafite, fez primeiro uma casa no canto da folha, traçou uma linha na vertical, dividindo, e fez o prédio da Faculdade. Nisso, comentou

“nossa, coitado de quem for usar minha base para fazer a faculdade”. “Como assim?”, questionei, “é que as janelas estão todas tortas”, explicou.

Fez mais uma linha, mas essa na horizontal, e embaixo desenhou quatro “pessoas-palito”. Traçou outra linha e fez mais duas pessoas e, em cima, um coração. “Quero borracha. Tem borracha, tia?” entreguei, ela apagou uns rabiscos e desenhou um carro em cima do prédio da faculdade.

“Pronto”, exclamou. Perguntei se ia querer pintar e ela disse “depois”.



Pedi então que, olhando para seu desenho, fizesse uma história. Carla virou a folha e começou a escrever. No meio da história, disse “*peraí, tá faltando uma coisa*”. Voltou ao desenho e fez outro prédio com janelas e sem grades e escreveu em cima “hospital”.

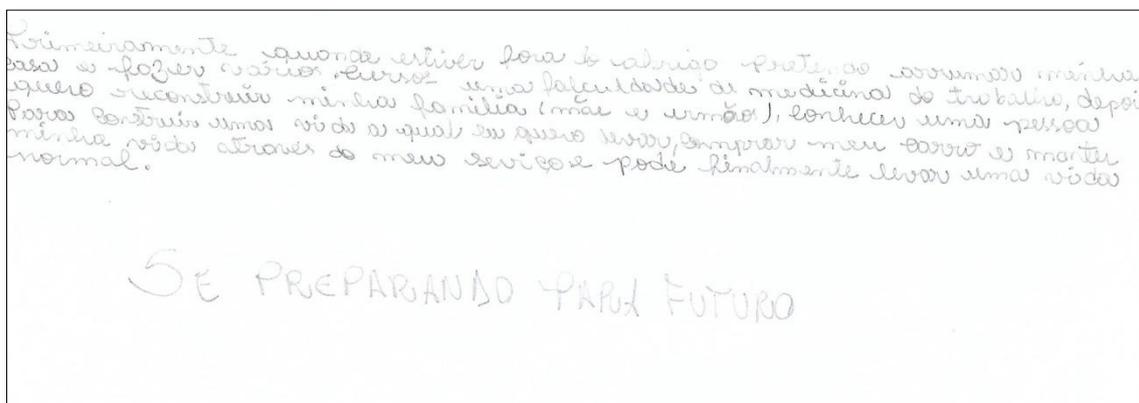
Retomou a história e, ao terminar, leu em voz baixa para si, depois mais alta, para mim:

“*Primeiramente, quando estiver fora do abrigo, pretendo arrumar minha casa e fazer vários cursos, uma faculdade de Medicina do Trabalho. Depois quero reconstruir minha família (mãe e irmãos), conhecer uma pessoa para*

*construir uma vida a qual quero levar, comprar meu carro e manter minha vida através do meu serviço e poder, finalmente, levar uma vida normal”.*

Perguntei a Carla o que seria “uma vida normal”. Ela falou que sua vida é diferente das outras pessoas: *“quando conheço uma amiga, ela pergunta onde eu moro, aí quando falo que é no abrigo, parece que ficam com dó, aí perguntam o porquê e eu tenho que ficar explicando que tive problemas com a família. Queria poder dizer ‘moro com minha mãe’, normal”.*

Ela voltou ao desenho e contornou com lápis de cor o que fez, exceto as pessoas-palito. Ao final, deu o título *“Se preparando para futuro”.*



Tempo Total: 16 minutos.

#### 4.2.4 Devolutiva

Assim como a devolutiva de Helena, o encontro com Carla foi realizado dois meses após a coleta de dados, devido à dificuldade de conciliar as datas. Trouxe alguns aspectos observados na entrevista, desenhos e histórias, especialmente sobre os conflitos que parece viver sobre sua saída: *responsabilidade X liberdade; alegria X tristeza; acertos X desacertos; história sem fim X vida passageira, aqui tem tudo X quero ter uma vida normal*, dentre outros.

Carla reforçou que tem o desejo de ir embora da instituição, mas ainda não se sente segura para isso, mesmo faltando poucos meses para completar a maioridade. Ela continua procurando emprego e disse que receberá auxílio do Programa Ação Jovem, *“mas ainda tenho pouco dinheiro guardado”.*

Comentou que depois dos nossos encontros, teve notícias de sua mãe, por meio da tia materna. A adolescente viu algumas fotos e disse que aparentemente ela está bem, sorridente e até engordou. Conseguiu conversar com a equipe do abrigo e vão tentar viabilizar a comunicação das duas por meio de cartas.

Ao final, falou que uma educadora da instituição a apadrinhou, e começou a frequentar sua casa aos finais de semana e feriados. Essa funcionária é casada e tem quatro filhos, dois adolescentes e dois adultos. Carla afirmou que gosta da família, já pensou em ficar com eles após sua saída do abrigo, mas acredita que não há essa possibilidade. Além disso, apesar de não haver nenhum indício, ela tem receio do marido dessa educadora “*com qualquer homem mais velho, eu fico meio assim*”. Então acredita que provavelmente alugará uma casa para viver sozinha.

## CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Diante das histórias de Carla e Helena e dos resultados acima apresentados, é possível perceber que a travessia do ‘adolescer’ ocorre de maneira particular nos casos de adolescentes em acolhimento institucional.

A área intermediária e conflituosa entre a dependência infantil e a autonomia relativa adulta fica questionada. Naturalmente, estes dois polos estão presentes, mas de modo excessivamente separado, entre eles parece haver mais um movimento bascular do que uma área comum de encontro e conflito. Mais que a ‘aptidão para crescer’, o que parece sobressair é a ‘aptidão para adoecer’, já que a moratória observada por Calligaris (2013) nos jovens contemporâneos parece não se estender a elas, jovens de abrigo, que serão exigidas socialmente como adultas aos 18 anos, mesmo sem a maturidade necessária.

Helena e Carla vivenciaram precocemente repetidas experiências de sofrimento e desamparo, não só simbólico, mas real, caracterizando abandono. São duas histórias marcadas por muitos buracos e violações. Praticamente uma vida de rupturas, com várias tentativas de encontrar um lugar de pertencimento. E essas marcas vieram à tona ao abordar a temática do desligamento pela maioridade. Minha sensação foi de que nós três nos deparamos com o vazio.

Embora o motivo e o tempo de permanência no abrigo serem diferentes para cada uma, em comum apareceu o anseio de um forte vínculo com a mãe e os irmãos, assinalando uma vontade por ajuda-los, apesar de tudo: *“quero reconstruir minha família (mãe e irmãos)”*, *“eu não tenho mágoas dela”*, mas *“saudade da minha mãe”*. Também o lugar da irmã mais velha, cuidadora, surgiu nas falas sobre as profissões.

Ainda que de uma forma idealizada, as duas citaram fazer Faculdade de Enfermagem/Medicina, talvez num movimento de tentar sair do lugar de quem precisa de cuidados para quem vai cuidar, curar. Quase uma função reparatória e tentativa de apaziguamento do desamparo, vontade de *“mudar tudo que aconteceu, tentar esquecer um pouco essa parte, essa história ruim”*.

Helena demonstrou muita dificuldade em fantasiar, simbolizar, de entrar num processo associativo não só do futuro, mas do passado e do presente. No

primeiro desenho, que representava “Minha vida no abrigo”, parecia que ia desistir. Demorou muito para iniciar, assim como na primeira história. Fiquei em dúvida se insistia para que ela elaborasse a narrativa, ou respeitava e encerrava. Eu estava propensa a finalizar daquela forma, no entanto, ela disse: “*eu vou conseguir*”, o que me remeteu a sensação de incapacidade que a maioria dos acolhidos vive, com pouca autonomia e falta de estímulo. Não é fácil perseverar.

Contudo, senti também que havia esperança, não só pela cor verde, que ela manteve das paredes originais da instituição, mas talvez pela possibilidade de sorrir ao estar do lado de fora, com o irmão. Este, com o qual ela tem maior vínculo, uma importante referência afetiva, já esteve dentro, porém, hoje, está fora. Isso parece dar-lhe uma expectativa no “além-abrigo”. É um ponto de realidade, assim como a reprodução que fez do céu, com nuvens e um sol forte, amarelo.

Entretanto, ao se projetar no “depois do abrigo”, apesar de ter indicado sentimentos de crescimento, como no registro de que sua vida será “*trabalhar bastante para eu chegar onde eu quero nos meus objetivos*”, ou no desenho do grande prédio da “*faculdade*”, com muitas janelas de cores quentes, e não pretas, como as da instituição, a concretude desses projetos fica contestada. Ela não sabia a diferença de Medicina e Enfermagem, nem a prática dessas profissões: “*quero fazer parte de cirurgiã (...) cirurgia em hospital, é que eu não sei como fala o nome*”.

Carla, apesar de apresentar uma melhor organização interna, ao representar sua “vida no abrigo”, fez desenhos espalhados pela folha, soltos, com traços fracos, pouca cor e detalhes, meio caótico. Ressaltou os conflitos vividos na instituição, como momentos inesquecíveis, outros de solidão, de acertos e desacertos, felicidade e infelicidade, e deu destaque à falação “*blá, blá*”. Talvez ela apostasse mais na instituição quando foi atrás do Conselho Tutelar para pedir ajuda. No entanto, o que ficou é a sensação do abrigo como aquele que potencializa problemas, numa postura mais crítica, dando a entender que seu desejo é chegar ao “fim” daquela realidade e, então, ser livre.

A expectativa da liberdade na “vida depois do abrigo” eclode em suas falas na entrevista e no segundo desenho, como a fumaça saindo da chaminé. Em meio a portas e muitas janelas sem grades, abertas e vazadas, Carla

ilustrou seus sonhos para o futuro, de poder ter uma casa, carro, trabalho, profissão, família e relação afetiva, que, para ela, remetem a uma “*vida normal*”. Porém, estes também estavam soltos e nem tudo era conectado ao chão, que dá noção de limite e realidade.

Nesse enquadre, a partir da contratransferência, inferi que a formalidade da pesquisa acadêmica pareceu atualizar a formalidade do processo jurídico do acolhimento, remetendo as adolescentes a responderem, ainda que inconscientemente, muito mais às expectativas dos atores do ‘Sistema de Garantia de Direitos’ (lugar que eu também representava), que às delas, necessariamente, como um adolescente que, em alguma medida, busca atender às expectativas dos pais.

Minha impressão era de que, para as duas, parecia até haver um desejo de crescer, estudar, trabalhar, ter uma casa e retomar o contato com a família biológica, contudo, a questão é o alto grau de idealização deste plano, sem relação com o real, suas possibilidades e limitações. Helena e Carla pareciam aderir a uma imagem de futuro oferecida e pedida a elas, mas sem poder apropriar-se, torná-las suas. Um manifesto esvaziamento de recursos internos e de riqueza psíquica dessas jovens, que me fizeram pensar no conceito winnicottiano de saúde, entendido não só como ausência de doenças.

Segundo Winnicott (1967/2005):

A vida de um indivíduo saudável é caracterizada por medos, sentimentos conflitivos, dúvidas, frustrações, tanto quanto por características positivas. O principal é que o homem ou a mulher sinta que estão vivendo sua própria vida, assumindo responsabilidade pela ação ou pela inatividade, e sejam capazes de assumir os aplausos pelo sucesso ou as censuras pelas falhas. Em outras palavras, pode-se dizer que o indivíduo emergiu da dependência para a independência, ou autonomia (p.10).

Dessa forma, o senso de existir (de *self*) e o senso de ser é que implicam saúde. “*A partir do ser, vem o fazer, mas não pode haver o fazer antes do ser – eis a mensagem que os adolescentes nos enviam*” (Winnicott, 1967/2005, p.7). Advém que histórias tão traumáticas, como de Helena e Carla, podem significar “*quebra de continuidade na existência de um indivíduo*” (p.4), colocando-as numa condição de imaturidade e dificuldade de seguir rumo à independência.

Contudo, conforme já apresentado, a continuidade do ser só será possível por meio das funções maternas realizadas pelo ambiente provedor, que se entrelaça à tendência inata da criança ao desenvolvimento:

A integração está intimamente ligada à função ambiental de segurança. A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o “eu” que inclui “todo o resto é não-eu”. Então vem “eu sou, existo, adquiero experiências, enriqueço-me e tenho uma interação introjetiva e projetiva com o não-eu, o mundo real da realidade compartilhada”. Acrescente-se a isso: “Meu existir é visto e compreendido por alguém”; e ainda mais: “É me devolvida (como uma face refletida em um espelho) a evidência de que necessito de ter sido percebido como existente” (Winnicott, 1962a/2005, p.60).

Assim sendo, se a estabilidade do ambiente primário da criança é que lhe possibilita a integração, a *“ausência dessa segurança terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos à personalidade e ao caráter”* (Winnicott, 1940/2016, p. 18), de modo que prevenir a descontinuidade dos cuidados é fundamental. Nesse contexto, além de iluminar os aspectos da vida psíquica destas adolescentes, o referencial winnicottiano se conecta com o meio em que vivem, e aqui o papel do abrigo se insere.

Winnicott (1939/2016), ao passar pela experiência da confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar durante a evacuação e acolhimento de crianças na Segunda Guerra Mundial, observou que muitas crianças *“nunca haviam tido a experiência de um ambiente primário estável, ou seja, responsivo às suas necessidades especiais e que caberia ao abrigo fornecer a elas essas experiências”* (Souza, Seguin, Levisky, Rudge, & Ungaretti, 2016, p.42).

Ele respeitava e compreendia em profundidade os sentimentos dos envolvidos em separações dolorosas, porém, se o ambiente familiar é destrutivo à criança, torna-se necessário o seu afastamento para protegê-la. Assim sendo, se a família, por algum motivo, não consegue ocupar o lugar de segurança, cuidado e proteção, outros adultos podem ocupá-lo, *“desde que possam investir e envolver-se com a criança”* (Souza et al., 2016, p.42).

Nesta mesma lógica, na atualidade, diante da impossibilidade da oferta de cuidados pela família, o Estado assume esse papel. Como apresentado inicialmente, no Brasil essa medida protetiva ocorre por meio dos Serviços de Acolhimento, que deve ser excepcional e provisória, sendo o Abrigo Institucional uma de suas modalidades. Esses serviços se tornam, então, o

espaço principal de moradia, alimentação, desenvolvimento de afetos, relações, autonomia e pertença das crianças e adolescentes acolhidos.

Winnicott (1948/2016), ao falar sobre os alojamentos para crianças em tempos de guerra e de paz, dizia que elas, espontaneamente, esperam que este local, *“ou, caso ele falhe, a sociedade, num sentido mais amplo, forneça-lhes a referência que seus próprios lares não conseguiram lhe dar”* (p.83) e assume que não é possível dar-lhes algo tão bom quanto teria sido seu próprio lar, *“somente podemos oferecer-lhes um lar substituto”* (Winnicott, 1947/2016, p.78). Apesar disso, ele aposta no abrigo como um lugar possível de cuidado, e não de abandono, *“capaz de promover experiências fundantes e reparatórias no psiquismo da criança”* (Souza et al., 2016, p.42).

Tal perspectiva dialoga com as orientações técnicas vigentes no Brasil, de que *“o serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade”* (CONANDA & CNAS, 2009, p.67), entretanto, por mais que fisicamente a instituição se assemelhe a uma residência, não necessariamente é sentida como lar pelos que lá vivem.

O desenho de Helena sobre o abrigo pode ser compreendido deste modo. Ela colocou grades em sua ilustração, mas representou-as na forma vertical, deixando o horizonte livre. Então não parecem ser grades de prisão que, em geral, é cruzada. Remete sim a uma limitação da liberdade, mas também à possibilidade de um dentro e um fora, indicada pela transparência das janelas e pela visita do irmão. Não obstante, apesar de não trazer a visão dos antigos orfanatos, das grandes instituições fechadas, ela fez o abrigo como um grande cômodo, um caixote. Não trazia um “ar de casa”. Parecia uma tenda, um teto provisório, mesmo depois de oito anos.

Para Winnicott (1945/2016), não é de se admirar que crianças postas repentinamente para fora de seu próprio lar, jogadas entre estranhos, necessitem de compreensão especial:

A criança foi tirada do lar dela e recebida no lar de vocês. E a palavra lar então desliga-se da ideia de amor. Pode acontecer que alguém ame uma criança e, no entanto, fracasse porque essa criança não tem o sentimento de estar em casa. Acho que a questão consiste em que, se você constrói um lar para uma criança, você está lhe dando um pouco do mundo que ela pode compreender e em poder acreditar, nos momentos em que o amor falha (p.42).

Neste registro, torna-se pertinente nos determos em algumas características do contexto da organização cotidiana e das políticas públicas nas quais se inserem os abrigos, pois, em conformidade com Souza et al. (2016, p.44), *“a separação da criança de sua família a protege, mas não cuida de seu traumatismo. Para que a criança possa retomar seu desenvolvimento, o acolhimento no fazer de seus profissionais precisa tornar-se um acontecimento significativo”*, que, por sua vez, podem mudar a narrativa sobre si, tendo efeito reparador de uma ruptura.

Ocorre que no cotidiano do abrigo nem sempre há o respeito pela individualidade e a história dos acolhidos, nem incentivo à preservação dos vínculos familiares e inserção na comunidade. Suas histórias e vivências pregressas frequentemente não encontram espaço para fala e escuta.

Winnicott (1945/2016) dizia que para compreender o efeito da guerra sobre crianças era preciso primeiro saber qual a capacidade delas para entender a guerra, as causas da guerra e as razões pelas quais justificamos a nossa luta. É importante fornecer explicações, palavras às crianças com vivências de separação, de modo a proporcionar um entendimento do que está vivendo, senão fica tudo só sentido como angústia, dificultando a elaboração.

E elaborar sua história é fundamental para apropriar-se dela. A Psicanálise ensina que é só ao se referenciar na própria história que é possível haver desejo, tornar-se sujeito. Nessa perspectiva, a adolescência se apresenta, sobretudo, como *“um tempo de resgate da própria história. A partir dela, se torna possível ressignificar, superar ou identificar-se com os valores e significados de sua origem para construir e escrever uma história futura”* (Instituto Fazendo História, 2016, p.18).

Desse modo, será que Helena e Carla se sentem vivendo e se apropriando das próprias vidas? Se sentem capazes de se referenciar na própria história e, assim, construir um projeto futuro? Isso, novamente, aponta para a qualidade das relações vividas na instituição que, a meu ver, não

raramente priva os acolhidos de vivência importantes, que poderiam possibilitar a capacidade de sonhar, planejar e concretizar. Em geral, os adolescentes acolhidos parecem não ter recursos materiais nem psíquicos que amparem seu 'adulterecer'. Para sonhar é preciso ter registro de experiências, memórias. Quais experiências tem um adolescente com anos de institucionalização?

A política prevê prioridade da convivência familiar e comunitária. A familiar já foi interrompida, e a comunitária, muitas vezes, fica privada. Mesmo nos aspectos mais práticos do cotidiano, grande parte dos adolescentes do abrigo não tem noção do preço das coisas, não acompanham os educadores no supermercado, farmácia, quase não têm acesso ao dinheiro durante o acolhimento, não sabem usar o banco ou seus serviços – caixa eletrônico, cartão de débito, crédito etc. Eles não acordam sozinhos e, em geral, sua rotina, compromissos e horários são controlados pelos educadores do abrigo.

Frequentemente, na intenção de exercer a função de proteção, o abrigo acaba dificultando a promoção da autonomia, mantendo-os dependentes, demarcando, assim, mais uma contradição do (des)acolher, que revitimiza, quando deveria ajudar a reparar. Eles se sentem muito pertencentes ao abrigo e pouco pertencentes ao mundo, não se apropriam do lugar de cidadãos, não sabem circular pela cidade, usar transporte público (Instituto Fazendo História, 2016).

Dessa forma, ao se verem sozinhos, na saída aos 18 anos, esses jovens parecem atualizar a condição de desamparo, revivendo 'angústias impensáveis' de desintegração, de cair para sempre, de não ter conexão alguma com o corpo e de carecer de orientação espaço-temporal. É preciso ampliar seu repertório de experiências e referências, que permitirá o desenvolvimento de um projeto profissional e de moradia mais reais.

Mas só com a adequada sustentação e manejo das pessoas do abrigo, que precisarão interpretar e prover o que o adolescente necessita, é que a forma de lidar com os objetos e realidades cotidianas será menos sofrida, pois, como disse Carla, *“eu acho que eles ajudam quando a gente tiver pra cima de sair (...) acho que eles deixam tudo pra cima, assim, pra cima da hora”*.

O desabrigo revela e exige, portanto, maturidade e necessita de condição interna para conquistar recursos pessoais. Representa a conquista de uma nova visão de mundo em que se compreende melhor o próprio processo. É poder olhar para dentro de si mesmo e para o mundo fora de si. É se localizar numa nova moradia. É ter um trabalho para garantir seu sustento... É tomar posse de si mesmo. É reconstruir vínculos anteriores, construir novos vínculos, exercer cidadania, ganhar um novo pertencimento. A vida no abrigo, no seu cotidiano, desde a chegada, deve preparar os jovens para este desabrigo (Gulassa, 2010, p.12).

E eles precisam encontrar na equipe da instituição (seu guardião legal) uma via de comunicação, de expressão de uma solidão essencial, de possibilidade de experiências. Todavia, destaco que também não é fácil o lugar do abrigo de precisar dar conta de casos tão complexos, pois, trabalhar com histórias de violência, abandono, negligência e rupturas, despertam vários sentimentos e afetos na equipe envolvida, desde uma identificação a uma repulsa, oscilando a sensação de impotência com a necessidade de ajudá-los (Guedes, 2013).

Souza et al. (2016) apontam que há uma descrença pelos profissionais envolvidos na potencialidade do acolhimento institucional se constituir como um lugar promotor de saúde para as crianças e adolescentes, como se a família fosse o único lugar para isso. Segundo as autoras, os conceitos de transitoriedade e provisoriedade do abrigo levam a uma expectativa de que algo definitivo, ou melhor, virá substituir a situação atual, de modo que aquilo a que o atributo provisório se liga pode ficar com a conotação de menos valia, porque algo melhor virá substituí-lo.

Dessa forma, alguns profissionais, identificados “*com uma concepção da instituição abrigo como lugar de abandono, de falta e insuficiência, perdiam a dimensão do valor e relevância de seu lugar junto às crianças em acolhimento institucional, deixando de reconhecer os vínculos afetivos que efetivamente haviam estabelecido*” (Souza et al., 2016, p.41).

Nesse cenário, os funcionários do abrigo precisam fazer a função de *holding* dos acolhidos, mas quem é que os ampara? Na teoria winnicottiana, para que o ambiente provedor exerça um cuidado suficientemente bom, ele também precisa estar amparado (como o pai, que exerce o *holding* da mãe). Muitas vezes as equipes da instituição não dispõem de suporte da rede socioassistencial, ocupando, dessa forma, o suposto ideal de fazer dar certo o que a Família e o Estado não deram conta.

Quando cheguei à instituição para assumir a função de Psicóloga, a angústia do não saber o que fazer com demandas tão difíceis foi ao encontro das angústias dos que já estavam lá. A busca por conter esses sentimentos, por meio de capacitação e supervisão, foi através de um interesse pessoal, custeado com recursos próprios, já que apesar de estar previsto na política a necessidade de supervisão institucional com profissional externo e suporte técnico aos serviços de acolhimento (CONANDA & CNAS, 2009), a “formação continuada”, quase nunca acontecia.

Não havia investimento em qualificação para os profissionais que trabalhavam com o acolhimento, o Projeto Político Pedagógico do abrigo não era claro e a ausência da formalização do fluxo de acolhimento, que levou anos de discussão, sem ser concluído, prejudicava o trabalho. Essas dificuldades eram acentuadas nas trocas de gestão da Prefeitura Municipal, que parecia não lidar com as questões da infância como uma política de Estado, mas de governo.

À vista disso, além de lidar com as afetações de histórias tão difíceis, o abandono da instituição me remetia, também, a uma sensação de desamparo. Mas conforme afirma Peiter (2011), *“aponto aqui para um abandono ou desamparo que todos “conhecemos” de alguma forma, e que buscamos contornar. Assim, falar de crianças “abandonadas” toca a todos nós, pois conhecemos essa dor. Crianças “abandonadas” somos todos nós!”* (p.50). Deste modo, fui aprendendo, em concordância com Guedes (2013), que para estas afetações se transformarem em potentes instrumentos no trabalho, é necessário considerar e priorizar as singularidades de cada relação, olhando-as e discutindo-as no caso a caso, em seus detalhes.

Nesse âmbito, oferecer uma escuta qualificada durante todo o período do acolhimento é uma importante ferramenta para compreendê-los de maneira individualizada, assim como o silêncio e a fala nos momentos adequados. Conforme aponta Cerioni (2014), *“escutar as expectativas é dar voz e legitimar o desejo, e só a partir daí poder esclarecer e ajudar o paciente a entrar em contato com uma parte de si muitas vezes desconhecida”* (p.25). E é a oferta de uma escuta e compreensão do desejo que validará o lugar desses jovens como sujeitos.

Nessa conjuntura, não se espera das instituições de acolhimento um cuidado perfeito, sem falhas, mas que seja ‘suficientemente bom’. Nas palavras de Winnicott (1948/2016), o que eles precisam é de “*estabilidade ambiental, cuidados individuais e continuidade desses cuidados*” (p.82).

E a proximidade da maioria civil impõe um pensar sobre o futuro que precisa ser amparado por alguém. Uma vez que a família é destituída, é o Serviço de Acolhimento, amparado pelo Estado, quem deve fazer as funções maternas de  *Holding*,  *Handling* e Apresentação de Objetos a esses jovens, para que alcancem a integração, personalização e maturidade.

Assim, desabrigo significa enfrentar o inusitado, e isto dá medo, às vezes, muito medo. Medo de enfrentar um terrível preconceito em relação a você. Preconceito inclusive por ter passado pela instituição. Medo de enfrentar o desafio da exclusão-inclusão. Medo de enfrentar a solidão. Medo de não conseguir se manter financeiramente (...) ao mesmo tempo, o desabrigo pode ser visto de forma mais esperançosa. Busca de autonomia. Poder escolher, saber escolher. Ser desafiado e desafiar. Tomar consciência do medo para enfrentá-lo. Exercitar a coragem. Sentir-se ator, protagonista. “Poder ser” de forma independente. Lidar com o surgimento de um novo lado de si mesmo. Ter um projeto de vida, uma razão de existência, o direito de sonhar e desejar. Abrir mão da proteção e assumir a própria vida. Desvincular-se para se revincular. Sentir a confiança de poder voltar – ir e vir – e ter a garantia de que não haverá outra ruptura, outro abandono. Poder visitar o abrigo, manter o vínculo (Gulassa, 2010, p.11).

Portanto, o abrigo pode ser um “*lugar de encontros, capaz de possibilitar o vir a ser da criança no percurso de novos trajetos*” (Souza et al., 2016, p.53). Como diz Carla, “*porque aqui é um lugar que às vezes a gente reclama ‘ai, eu não queria ficar aqui dentro’, ‘ai, eu não queria isso, não queria aquilo’, mas a gente acaba gostando e acostumando. Então a gente sabe que a gente um dia vai ter que desapegar, então, assim, por certas parte é bom e outras não*”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concordância com a afirmação de Safra (2001), que um princípio fundamental da investigação em Psicanálise é ela ser um processo investigativo não conclusivo, e dos apontamentos de Figueiredo e Minerbo (2016), que quando se investiga um fragmento da realidade, suas conclusões valem para o fragmento estudado, mas *“isto já é o bastante para tornar a atividade de pesquisa em psicanálise perfeitamente respeitável”* (p.276), destaco que uma das contribuições desse estudo foi evidenciar a aparente repetição, na transferência, durante a coleta de dados, de uma tendência à relação de vigilância entre os acolhidos e o sistema de proteção a infância e adolescência.

No recorte dos dois casos apresentados e também a partir da minha experiência no abrigo, é possível pensar que os adolescentes acolhidos, em geral, acabam falando o que a equipe técnica quer ouvir, ficando muitas vezes alienados do próprio desejo, sem muito embate ou contestação, já que os outros é que sabem o que é melhor para eles. A questão é o quanto esta modalidade de relação permite ao ambiente realizar as funções facilitadoras da integração, como Winnicott espera que ocorreria tanto em famílias quanto em lares substitutos “suficientemente bons”. Infelizmente, o desenvolvimento deste trabalho sugere que esta dimensão psicológica fundamental não ocorra com facilidade neste contexto.

Helena e Carla, mesmo parecendo não se apropriar, de fato, de seus próprios desejos, planos e sonhos, precisariam virar adultas com a maioria civil. E isso traz questionamentos, como, por exemplo, se é possível exigir a emancipação desses jovens aos 18 anos, considerando seu histórico de vida, frequentes vivências de abandono e desamparo, ruptura de vínculos, tempo de institucionalização e a possível falta do trabalho sistematizado do abrigo, de promoção à sua autonomia, enquanto que jovens contemporâneos tem sua adolescência prolongada até seus quase 30 anos (Ávila, 2011).

A saída da instituição pela maioria força o adolescente acolhido a viver uma vida adulta sem estar necessariamente preparado e, nessa conjuntura, cabe pensar se o abrigo não acaba ocupando um lugar ambicioso de dar conta da difícil demanda de emancipação de histórias tão complexas.

Apesar dos importantes avanços nas políticas públicas de proteção à infância e juventude, a realidade prática da vida institucional ainda revela a limitação do abrigo em efetivar o papel que lhe é proposto e, com pouco recurso, acaba fazendo o inverso, reproduzindo a angústia do desamparo.

Winnicott (1941/2016), ao falar sobre a evacuação de crianças durante a guerra, entendida como história de tragédias, afirma que, para ele, o único êxito que esse plano pode reivindicar é o de poder fracassar. Nessa esfera, é pertinente a reflexão de Guedes (2013) acerca da diferença entre o sujeito de direitos – da política e universalidade – e o sujeito do inconsciente – da psicanálise e singularidade:

Se, de um lado, o caminho da universalidade é a garantia de todos os direitos para todos, na perspectiva da psicanálise não há como ignorar nessa visão a manifestação de um ideal, certamente importante de ser buscado, mas que não deixa, por sua relevância, de ser ideal (p.107).

A limitação da universalidade é reforçada pela autora ao citar Freud (1930/1996), que foi *“perspicaz em lembrar que uma das principais causas do mal-estar na civilização é a insuficiência das normas e das instituições que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade”*, destacando a importância do singular, que não é dado à primeira vista, mas *“exige ser falado, pensado, olhado por novos prismas, quebrado, reconstruído”* (Guedes, 2013, p.108).

Nesse âmbito, a importância das ‘áreas Psi’ nas instituições de acolhimento ganha ênfase, seja para subsidiar a equipe ao lidar com os aspectos emocionais desses jovens, seja no suporte psicológico direto, de escuta e intervenção, amparando-os na apropriação de sua própria história, seus gostos, habilidades, medos, relações, afetos e desejos. Pois, para os adolescentes acolhidos, *“entrar em contato elaborar e integrar suas histórias pessoais é condição para que não repitam possíveis histórias de abandono e violência. Nessa reflexão, o papel dos adultos responsáveis e com os quais ele convive é fundamental”* (Instituto Fazendo História, 2016, p.18).

Assim sendo, nesse trânsito da maioridade, a formação de vínculos com adultos de referência, seja da própria instituição, da família, da comunidade ou do apadrinhamento afetivo, pode ter um papel significativo para mitigar os

riscos de que a saída do abrigo seja vivida como uma nova ruptura traumática, ocorrendo mais próxima do registro da transicionalidade.

Somente quando o mundo adulto o compreende adequadamente e facilita a sua tarefa evolutiva o adolescente poderá desempenhar-se correta e satisfatoriamente, gozar de sua identidade, de todas as suas situações, mesmo das que, aparentemente, têm raízes patológicas, para elaborar uma personalidade mais sadia e feliz (Knobel, 1981, p.59).

À vista disso, é fundamental que todas as pessoas e serviços do Sistema de Garantia de Direitos deem especial atenção ao planejamento de ações que visem ao fortalecimento da autonomia e preparação desses jovens para o desligamento da instituição, com metodologia e pedagogia mais concretas, como, por exemplo, o trabalho do Grupo nÓs, cuja sistemática é baseada em 4 eixos centrais: projeto profissional, projeto de moradia, uso consciente do dinheiro e cidadania. Cada eixo conta com vários temas, incluindo história de vida, rede afetiva, estudos, propósito e identidade, trabalhados com os adolescentes por adultos de referência, *“que entendam esses processos, apoiem, suportem, acompanhem, torçam, se emocionem juntos e forneçam limites claros e não arbitrários. Precisam de adultos que se importem verdadeiramente com eles”* (Instituto Fazendo História, 2016, p.22).

Posto isto, outra possível contribuição dessa pesquisa é a recomendação de que os adolescentes que estão em processo de saída pela maioria tenham contato com jovens que já se desligaram da instituição nas mesmas condições, possibilitando a oportunidade de um projeto identificatório mais real, a exemplo de Érica, que pareceu servir como referência de um futuro bem sucedido para Helena e Carla. Pode ser um amparo.

Ademais, é relevante também a realização de pesquisas acerca da vida daqueles que já deixaram a instituição (*follow-up*), para um melhor monitoramento de estratégias preparatórias, preventivas.

Por fim, diante da complexidade da temática apresentada neste trabalho, corroboro a afirmação de Winnicott (1961/2005) que *“para o cientista, formular questões é quase tudo. As respostas, quando aparecem, apenas conduzem a outras questões. A ideia do conhecimento acabado é o pesadelo do cientista”* (p.XIV). Dessa forma, entendo que a produção de novos estudos sobre o assunto é de grande valor.

## REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. (1981). O adolescente e a liberdade. In Aberastury, A., & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (Org). (2013). *Levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Ávila, L. A. (2011). Adolescência sem fim. *Vínculo*, São Paulo, SP, v. 8, n. 1, p. 40-45.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Senado.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção. Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2013) Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2016) Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

- Calligaris, C. (2013). *A Adolescência*. (2ª ed.) São Paulo, SP: Publifolha.
- Cerioni, R. A. N. (2014). *Expectativas de pacientes acerca do atendimento psicológico em um serviço-escola: da escuta à adesão*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Coelho, D. M.; & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. *Analytica: Revista de Psicanálise*, São João Del Rei, MG, v. 1, n. 1, p. 90-105.
- Conselho Nacional de Justiça [CNJ] (2019). Relatórios Estatísticos do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf> Acesso em: 21 jul, 2019.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. (2ª ed.) Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. (2ª ed.) Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2000). *Resolução nº 016 de 20 de dezembro de 2000*. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000\\_18.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_18.pdf).
- Cruz, L., Hillesheim, B., & Guareschi, N. M. F. (2005). Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, RS, v.17, n.3, p.42-49.
- Erikson, E. H. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. (Trabalho Original publicado em original 1968).
- Ferrão, V. S., & Poli, M. C. (2014). Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v.11, n.2, p.48-55.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, SP, v. 39, n.70, p.257-278.
- Figueiró, M. E. S. S., & Campos, H. R. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia Argumento*, Curitiba, PR, v. 31, n. 72, p. 113-125.

- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. (1996) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade. In Freud, S. (1996) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XX). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In Freud, S. (1996) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Guedes, C. F. (2013). *Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Gulassa, M. L. C. R. (Coord.) (2010). *Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para trabalho com jovens nos abrigos*. São Paulo, SP: Associação Fazendo História – NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. (Coleção abrigos em movimento).
- Gil, A. C. (1989). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (2ª ed.) São Paulo, SP: Atlas.
- Griffa, M. C., & Moreno, J. E. (2011). *Chaves para a psicologia do desenvolvimento: adolescência, vida adulta e velhice*. Tomo 2. (8ª ed.) São Paulo, SP: Paulinas.
- Heimann, P. (1949). Sobre a Contratransferência. In Escola Letra Freudiana (2002). *A Contratransferência à luz do desejo do analista*. Rio de Janeiro, RJ: Escola Letra Freudiana, Ano XXI, nº 29.
- Instituto Fazendo História (2008). *Fazendo minha história: guia de ação para abrigos e colaboradores*. (1ª ed.) São Paulo, SP: Associação Fazendo História.
- Instituto Fazendo História (2016). *Adolescentes em transição: o trabalho de preparação para a vida autônoma, fora das instituições de acolhimento*. São Paulo, SP: Instituto Fazendo História. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5863ad29414fb56e15e42546/1482927411261/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o\\_WEB.pdf](https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5863ad29414fb56e15e42546/1482927411261/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf)
- Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. In Aberastury, & A., Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise* (4ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Martinez, A. L. M.; & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioria: a voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, MG, v.14, n.2, p.113-132.
- Minayo, M. C. S. (Org) (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (22ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (12ª ed.) São Paulo, SP: Hucitec.
- Murray, H. A. (2005) *T.A.T. Teste de Apercepção Temática*. (3ª ed. adaptado e ampliado). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Outeiral, J. O. (1994) *Adolescer: estudos sobre adolescência*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Peiter, C. (2011). *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. (1ª ed.) São Paulo, SP: Zagodoni Editora.
- Perez, L. C. (2018). *Entre o acolhimento institucional e a vida adulta: uma análise do processo de transição*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Princeswal, M. (2013). O direito à convivência familiar e comunitária sob o paradigma da proteção integral. In Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (Org). (2013). *Levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Resstel, C. C. F. P. (2015). Desamparo psíquico. In: *Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 87-104.
- Rosa, M. D. (2002). Adolescência: da Cena Familiar à Cena Social. *Psicologia USP*, São Paulo, SP, v.13, n.2, p.227-241.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, CE, v.4, n.2, p.329-348.
- Safra, G. (2001). Investigação em Psicanálise na Universidade. *Psicologia USP*, São Paulo, SP, v.12, n.2, p.171-175.
- Souza, C. M., Seguin, C. M. B., Levisky, F. B., Rudge, L. L. T., & Ungaretti, S. S. G. (2016). Provisoriedade e vínculos nas instituições-abrigo: a potencialidade dos encontros. In Ghirardi, M. L. A. M., Ferreira, M. P. (org.) (2016). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre a adoção e o acolhimento institucional*. São Paulo, SP: Escuta.

- Tardivo, L. S. L. P. C. (1997). Análise e Interpretação. In Trinca, W. (org.) (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia*. São Paulo, SP: Vetor.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2007). *O adolescente e sofrimento emocional nos dias de hoje*. (1ª ed.) São Paulo, SP: Vetor.
- Trinca, W. (1972). *O desenho livre como estímulo de apercepção temática*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Trinca, W. (2013). Bases da interpretação psicanalítica do Procedimento de Desenhos-Estórias. In Trinca, W. (org.) (2013). *Formas compreensivas de investigação psicológica: procedimento de desenhos-estórias e procedimento de desenhos de família com estórias*. (1ª ed.) São Paulo, SP: Vetor.
- Turato, E. R. (2008). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. (3ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vaisberg, T. M. J. A. (1997). Desenhos com Tema. In Trinca, W. (org.) (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia: o procedimento de Desenhos-Estórias e Desenhos de Famílias com Estórias*. São Paulo, SP: Vetor.
- World Health Organization [WHO]. (1986). *Young people's health - a challenge for society: report of a WHO Study Group on Young People and "Health for All by the Year 2000"*. (Technical Report Series 731) Geneva, Switzerland: World Health Organization.
- Winnicott, D. W. (1939). A mãe separada do filho. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1940). Crianças e suas mães. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1941). Resenha sobre The Cambridge Evacuation Survey: a Wartime Study in Social Welfare and Education. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1945). A criança evacuada. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1947). Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

- Winnicott, D. W. (1948). Alojamentos para crianças em tempo de guerra e em tempo de paz. In Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência* (5ª ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1958). A capacidade para estar só. In Winnicott, D. W. (1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1960). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro "self". In Winnicott, D. W. (1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1961). Psicanálise e ciência: amigas ou parentes? In Winnicott D. W. (2005). *Tudo começa em casa*. (4ª ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1962a). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In Winnicott, D. W. (1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1962b). Provisão para a criança na saúde e na crise. In Winnicott, D. W. (1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1967). O conceito de indivíduo saudável. In Winnicott D. W. (2005). *Tudo começa em casa*. (4ª ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM HELENA

APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CARLA

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Há quanto tempo você mora no abrigo?
- 2 – Você sabe o motivo pelo qual foi acolhido?
- 3 – Tem contato com algum familiar? Se sim, como?
- 4 – Tem vontade de sair da instituição? Por quê?
- 5 – Como você pensa que será sua vida quando sair do abrigo, ao completar 18 anos?
- 6 – A equipe do abrigo ajuda nessa preparação para o seu desligamento?  
Como é esse trabalho?
- 7 – Tem conhecimento de adolescentes que tenham saído da instituição?
- 8 – Tem projetos/sonhos? Quais?

**APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

Ilmo. Sr. Presidente da Instituição \_\_\_\_\_,

Solicito autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **“SAÍDA DO ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE: DESEJO E CONFLITO”**, a ser realizada na UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pela aluna de pós-graduação em Psicologia Clínica, nível Mestrado, NATALIA AFONSO RUBIO, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ELIANA HERZBERG, com os seguintes objetivos: Conhecer e analisar as expectativas dos adolescentes que precisarão se desligar do serviço de acolhimento institucional em que vivem por atingir a maioridade civil; Identificar os aspectos emocionais desses adolescentes no processo de desligamento e relacionar os conflitos neles emergentes com o trabalho de preparação dessa saída, realizado pela instituição; Contribuir para a assistência e possibilidades de intervenção com estes adolescentes.

Ressalto que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Saliento, ainda, que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contar com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Natalia Afonso Rubio  
 Psicóloga e Pesquisadora  
 Instituto de Psicologia da USP – PSC  
 Telefone: +55 11  
 E-mail: nataliaafonso@usp.br

( ) Concordamos com a solicitação      ( ) Não concordamos com a solicitação

\_\_\_\_\_  
***Diretoria da Instituição onde será realizada a pesquisa  
 (CARIMBO)***

**APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaro que na instituição \_\_\_\_\_  
existe infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa de  
Natalia Afonso Rubio, intitulada SAÍDA DO ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE: DESEJO E  
CONFLITO, contando com espaço físico adequado para realização das  
entrevistas e aplicação das técnicas projetivas, a saber: sala de atendimento  
individual com mesa e duas cadeiras.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaria de convidar dois adolescentes sob sua responsabilidade para participar da pesquisa **“SAÍDA DO ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE: DESEJO E CONFLITO”**, que se refere a uma pesquisa de Mestrado elaborada por **Natalia Afonso Rubio**, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Associada Eliana Herzberg, do curso de pós-graduação *strictu sensu* em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP).

O objetivo deste estudo é **conhecer e analisar as expectativas dos adolescentes que precisarão se desligar do serviço de acolhimento institucional em que vivem por atingir a maioridade civil** e os resultados contribuirão para a assistência e formas de trabalho para com os adolescentes que vivem essa realidade. A participação dos adolescentes é muito importante e ela se daria em quatro encontros individuais com a pesquisadora, da seguinte forma: o primeiro para responder a uma entrevista, que poderá ser gravada com a sua autorização, com questões que envolvem o histórico deles no abrigo, o trabalho realizado pela instituição preparando seus desligamentos e como é para eles precisar deixar o abrigo aos 18 anos. No segundo encontro serão convidados a fazer dois desenhos, o primeiro sobre como é a vida na instituição e o outro sobre como eles entendem que será a vida depois da instituição, e contar uma história para cada desenho. No terceiro, participar de um teste psicológico, chamado Teste de Apercepção Temática, pelo qual precisarão contar histórias a partir de figuras desenhadas em cartões que lhe serão apresentados. Para concluir, o último encontro será para dar uma devolutiva a eles.

Esclareço que a participação dos adolescentes é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a) solicitar a recusa ou desistência de participação dos adolescentes a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à eles. Esclareço, também, que as informações dos adolescentes sob sua responsabilidade serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa (ou para esta e futuras pesquisas) e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos adolescentes. Explico ainda, que nem o(a) senhor(a) e os adolescentes sob sua responsabilidade pagarão ou serão remunerados pela participação. Garanto, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente da participação e, caso essa participação traga algum sofrimento, físico ou emocional, despertando algum desconforto, o processo poderá ser interrompido e, se necessário, poderá ser oferecido suporte psicológico, caso tenha interesse, sem qualquer custo.

Informo que esta pesquisa atende e respeita os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Garanto também que será atendido o Artigo 18 do ECA: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP. Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27, Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: ceph.ip@usp.br / Tel. (11) 3091-4182 e com Comitê de Ética em Pesquisas da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, Rua General Jardim, 36, 1º andar. Telefone: (11) 3397-2464 - e-mail: smscep@gmail.com

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias, as quais deverão ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas na última página pelo(a) senhor(a) e pela pesquisadora, devendo cada parte ficar de posse de uma via.

Após ter sido devidamente esclarecido(a) sobre os procedimentos da pesquisa, concordo com a participação **voluntária** dos adolescentes sob minha responsabilidade na pesquisa descrita acima.

---

Nome por extenso

---

Assinatura do(a) Responsável pelos Adolescentes

Desde já agradeço a sua colaboração.

Declaro que expliquei ao(à) Responsável Legal pelos adolescentes participantes da pesquisa os procedimentos a serem realizados neste estudo, seus eventuais riscos/desconfortos, possibilidade de retirar-se da pesquisa sem qualquer penalidade ou prejuízo, assim como esclareci as dúvidas apresentadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

NATALIA AFONSO RUBIO  
Psicóloga e Pesquisadora  
Instituto de Psicologia da USP – PSC  
Telefone: + 55 11  
E-mail: nataliaafonso@usp.br

## **APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro Adolescente,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**SAÍDA DO ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE: DESEJO E CONFLITO**”, que é uma pesquisa de Mestrado feita por Natalia Afonso Rubio, com a ajuda da Prof<sup>a</sup> Associada Eliana Herzberg, do curso de pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP). A Coordenação do abrigo permitiu que você participasse.

Queremos saber como é para você precisar sair do abrigo quando completar 18 anos, o que tem de bom e ruim nisso. Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm a partir de 16 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita numa sala do abrigo em que você mora, e farei quatro encontros com você: o primeiro para responder a uma entrevista, que poderá ser gravada com a sua autorização, com perguntas sobre sua história no abrigo, o trabalho realizado pela instituição preparando sua saída aos 18 anos e também sobre seus sonhos e planos. No segundo encontro você será convidado a fazer dois desenhos (o primeiro sobre como é a vida na instituição e o outro sobre como você acha que será a vida depois da instituição) e depois contar uma história para cada desenho. No terceiro encontro, convidarei você a participar de uma espécie teste psicológico, chamado Teste de Apercepção Temática, em que você precisará contar histórias a partir de figuras desenhadas em cartões que lhe mostrarei (mas não tem certo e errado, é somente para saber sua opinião). Para terminar, o último encontro será para conversarmos sobre tudo o que aconteceu nos três primeiros, o que pude observar e também tirar algumas dúvidas suas sobre esse tema.

Esses encontros são considerados seguros, mas caso você não se sinta bem por causa do que será conversado, ou pelos desenhos e histórias, poderemos interromper a qualquer momento, e você pode me procurar pelo telefone, que será oferecido suporte psicológico, caso você tenha interesse, sem qualquer custo.

Mas há coisas boas que podem acontecer, como poder ajudar você e outros adolescentes que estão passando pela mesma situação a enfrentar melhor isso.

Quero deixar claro que ninguém mais saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar o nome de quem participou.

Quando terminarmos a pesquisa, conversarei com a equipe do abrigo para ajudá-los a trabalhar com vocês, para que quando saírem da instituição, estejam bem.

Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar.

### **CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa **SAÍDA DO ADOLESCENTE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE: DESEJO E CONFLITO.**

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar bravo.

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Adolescente

\_\_\_\_\_  
NATALIA AFONSO RUBIO  
Psicóloga e Pesquisadora  
Instituto de Psicologia da USP – PSC  
Telefone: + 55 11  
E-mail: nataliaafonso@usp.br

**APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM HELENA**

Data: 16/10/2017

P: Bom Helena, há quanto tempo você mora no abrigo?

H: Vai fazer oito anos.

P: Mas oito anos que você mora aqui?

H: Não aqui, em tudo né, que eu vim de São Paulo, então, faz oito anos ao todo, desde quando eu entrei.

P: Certo, aí então, aqui, é...

H: Aqui vai fazer de três pra quatro anos.

P: Tá, então você morou quanto tempo no de São Paulo?

H: Uns dois, três anos...

P: Aí você foi...

H: Vim pra cá, pro (*nome de uma instituição*), que é o outro abrigo, aí depois eu vim pra cá.

P: Então é o terceiro abrigo que você está?

H: É.

P: Então você tinha quantos anos mais ou menos quando você foi para o abrigo?

H: Nove.

P: Certo... Você sabe o motivo que você foi acolhida?

H: Minha mãe foi denunciada... É, a vizinha dela ligou pro Conselho falando que ela saía a noite e deixava a gente sozinho em casa.

P: Foi a vizinha então que denunciou?

H: Foi a vizinha.

P: Então foi por abandono? Ou teve algum outro motivo, assim que...

H: Não, o motivo é esse que eu sei...

P: Aham...

H: Que ela saía a noite e deixava eu e meus irmãos sozinho em casa.

P: E quantos irmãos você tem?

H: Ao todo? (*risada*) A gente é em nove.

P: E nessa época todos moravam?

H: Não, só eu, o Pedro e o Henrique. Era só a gente.

P: E os outros, estavam onde?

H: Tem um que... Tem uma que tá com a minha tia. Outra que tá com o pai. Aí tem o mais velho que tá com o pai dele e os outros tá com os avós, tio.

P: Então na época foram vocês três pro abrigo?

H: Só nos três.

P: Entendi. É... E você tem contato com algum familiar seu?

H: Só meus irmãos, Pedro e Henrique,

P: E como você mantém contato com eles?

H: Por telefone e eles vêm aqui me visitar... Assim.

P: Com a sua mãe não teve mesmo mais contato?

H: Não.

P: Faz quanto tempo, mais ou menos, que você não tem mais contato com ela?

H: Vai fazer uns três anos que eu não falo mais com ela.

P: Entendi... É... Você já é destituída né, do poder familiar?

H: Já.

P: Você tem vontade de sair da instituição, daqui do abrigo?

H: Tenho (*risada*).

P: Por quê?

H: Ah, porque eu já perdi muito minha infância dentro do abrigo né, minha infância e minha adolescência, então não vejo a hora de sair (*risada*).

P: Tá ansiosa pra sair?

H: Demais.

P: Quer muito sair... E como você pensa que será sua vida quando sair do abrigo, quando completar, aí, os 18 anos?

H: Ah, vai ter as vantagem e as desvantagem né, porque sempre tem. Mas numa parte vai ser bom e a numa outra vai ser ruim, porque a gente vai ter que enfrentar tudo lá fora o que a gente não enfrenta aqui dentro né?

P: Tipo o quê?

H: Então vai ser... Ah, sei lá, tia. Trabalhar, tudo. Isso vai ser uma responsabilidade muito grande. É o que a gente ainda não pensa aqui dentro...

P: Mas apesar dessas vantagens e desvantagens, você tem vontade de ir?

H: Tenho vontade.

P: E... Por exemplo, o trabalho como responsabilidade né, como você falou. Mas e, por exemplo, de coisas que não são tão de responsabilidade, coisas mais...

H: Leves?

P: Leves, assim...

H: Ah, eu não sei...

P: Como é que você pensa?

H: Ah, a gente vai tentar né...

P: Você já se imaginou fora do abrigo?

H: Ainda não.

P: Nunca parou para pensar: “nossa como é que vai ser minha vida depois que eu sair”?

H: Nunca parei pra pensar.

P: Mas você quer?

H: Quero! *(risada)*

P: A equipe do abrigo ajuda nessa preparação para o seu desligamento? Pra sua saída?

H: Ajuda, ajuda porque ajudaram a Érica, né?

P: E como é o trabalho, assim, de ajuda pra sair, que você sabe?

H: Ah, eles ajuda a gente a procurar emprego, que é o que vai ajudar a gente mais né, pra encontrar uma casa, pra gente comprar as coisas, então, mais o emprego que eles ajuda.

P: Uhum. Mais alguma coisa que você acha...

H: Não.

P: E daí, você acha que conseguindo emprego, o resto...

H: A gente se vira, né, a gente tem que se virar.

P: Tem que se virar...

H: *(risada)*

P: Entendi. E você pensa, além do emprego alguma outra coisa, ou algumas outras pessoas que podem ajudar quando você sair?

H: Eu tenho gente que fala que quando eu sair vai me ajudar né, como minha líder, os pastor da minha igreja, os membros da minha célula sempre falou que quando precisar, eles me ajuda.

P: Então você tem, assim, alguns contatos, algumas amizades que você acha que vai poder contar quando você sair?

H: Tenho.

P: Ah, legal. E isso te tranquiliza, de pensar nisso?

H: Sim, um pouco.

P: Aí você não se sente tão sozinha, assim...

H: É... Uhum.

P: Você conhece adolescentes que tenham saído da instituição, depois que, por ter completado dezoito anos?

H: Sim.

P: Como é que foi a história que você conhece?

H: Ah, que eu tô vendo até hoje tá boa né? A Érica tá conseguindo levar a vida dela, trabalhando, então, que eu tô vendo, tá bom.

P: Conseguiu levar...

H: Conseguiu levar...

P: Tem algum também que você sabe que saiu também com dezoito anos e a vida não tá tão boa?

H: Não... Não. Porque os outros que eu conheço saiu antes dos dezoito.

P: Entendi. Então com dezoito você conhece, né, ela, e que tá caminhando bem.

H: É, tá caminhando bem.

P: E você se espelha nela também?

H: Aham.

P: Certo. E você tem sonhos, projetos?

H: Eu tenho sonhos, né tia, todo mundo tem...

P: E quais são seus sonhos pro futuro?

H: Fazer, começar a trabalhar, pagar minha faculdade né, que eu quero fazer parte de cirurgiã, então, tudo isso. Faculdade...

P: Você quer fazer Medicina então?

H: Medicina... É isso...

P: "Cirurgiã" do que você quer fazer?

H: Cirurgia em hospital, é que eu não sei como fala o nome.

P: E aí, tá disposta a estudar bastante?

H: Tem que tá (*risada*). Tem que tá. Porque também eu tô querendo entrar no Exército, pra fazer Medicina, ser Enfermeira do Exército. Então tem que estudar muito, muito, muito!

P: Entendi. E como é que surgiu, assim, essa vontade, esse sonho?

H: Ah, eu não sei, porque desde pequena eu sonho em ser enfermeira, né tia, ser médica, e de uns tempos para cá eu coloquei na cabeça que eu quero entrar no Exército, pra fazer Enfermagem no Exército.

P: Pra ajudar a cuidar das pessoas?

H: Uhum.

P: Mais algum sonho que você tem?

H: Não... Tenho só o sonho de ajudar minha mãe né? Quando eu sair daqui, começar a trabalhar, conseguir ajudar ela.

P: Você ainda tem vontade de ir atrás dela, pra ajudar a cuidar?

H: Tenho.

P: É, porque o médico é aquele que...

H: Que cuida!

P: Uhum... E aí você quer...

H: Quero ajudar ela.

P: E como é que você vê ela, hoje? Como é que você via antes? Em algum momento... Né, você compreende o que aconteceu pra você vir parar no abrigo e mesmo assim você “ah, não, eu quero...”.

H: Eu compreendo, né tia, porque desde pequena eu vejo tudo o que ela fazia isso, e eu sempre tentei esconder isso dos meus irmãos, pra eles nunca vê, mas eu compreendo, eu não tenho mágoas dela (*começou a chorar*).

P: Uhum... É a sua mãe, né?

H: É.

P: E que bom que você quer cuidar dela né? A torcida é que todo mundo consiga te ajudar mesmo, que você consiga se organizar, se estruturar, pra que você cuide de você primeiro, né...

H: Depois cuidar dela.

P: Pra depois cuidar dela... Então são expectativas boas né Helena, de uma esperança de que as coisas vão ficar bem...

H: (*chorando*)

P: Esse seu choro é do que?

*(pausa, respirou fundo)*

H: De saudade da minha mãe.

*(silêncio, choro)*

P: A gente pode conversar mais vezes também, viu? Sobre isso... Eu não sei como é que estão as coisas aqui... Quando você consegue falar disso... Ou você fica escondendo isso ai, guardando, né?

H: Uhum...

P: Por muito tempo você sempre foi muito fechada né?

H: Sempre.

P: Não conseguia... E você tem conseguido falar mais das suas coisas, do que você pensa, do que sente?

H: Não...

P: Precisa soltar um pouquinho né?

H: *(risada)*.

P: Mas a saudade é bom também, porque ajuda a gente a se mexer em algumas coisas, né, e desde que eu conheço você, que acompanhei, isso sempre foi um desejo seu, né, do seu coração...

H: Sempre...

P: De querer mexer, de que você nunca teve raiva dela, mágoa dela, e que o fato dela saber, né, que você tá bem, que tá se organizando, na medida do possível, né... Estar bem não quer dizer estar feliz todo dia, todo momento, porque isso não existe. Ninguém é feliz todo dia, né. Mas com as possibilidades que você tem, o que é possível, você tem seguido, né, e o quanto você precisa mesmo agarrar as oportunidades que aparecem...

H: Uhum...

P: E você tem feito isso né Helena?

H: Tenho.

P: Faz um tempinho que já não acompanho mais de perto, mas tá caminhando bem...

H: Tá.

P: Então, saindo antes ou saindo com dezoito anos, você quer seguir sua vida, você quer morar sozinha? Você quer morar com alguém? O que você pensa?

H: Ah, eu penso sempre em morar com alguém né tia, porque eu não gosto de ficar sozinha num lugar, então, primeiro eu vou seguir, comprar uma casa, isso

porque eu não quero alugar, porque alugar é muito chato (*risada*). Eu quero comprar casa, seguir a minha vida, depois encontrar a pessoa certa, né, no momento de Deus.

P: Uhum. Então quando você fala “não quero morar sozinha”, quer dizer se encontrar alguém pra casar?

H: É. Uhum.

P: Não necessariamente morar com uma amiga, algum parente, morar...

H: Não.

P: Entendi. Mas você vai casar com dezoito?

H: Eu não! (*risada*) Pra quê casar cedo?

P: Você ainda tá... É uma meta que você tem, um sonho casar, mas, sem pressa?

H: Sem pressa.

P: Mas aí enquanto você não encontra a pessoa, não casa, você pensa em morar sozinha mesmo ou você pensa em morar com alguém?

H: Eu tenho o sonho de adotar, tia, uma criança, quando eu completar dezoito já. Tenho vontade, porque eu não quero ter filho, então tenho vontade de adotar um bebê.

P: Hum, você não quer ter filhos biológicos?

H: Não.

P: Por quê?

H: Não sei, tia, eu não tenho esse sonho, essa vontade de ter filho. Sei lá, é estranho, coisa de outro mundo!

P: Coisa de outro mundo?

H: (*risada*) É coisa de outro mundo isso aí... Aí eu tenho vontade. Mas não do Brasil. Eu quero da África pra adotar.

P: Lá na África?

H: Na África.

P: Por quê?

H: Ah sei lá tia, porque eu fico assim, pensando, eu vejo tudo o que acontece lá né, das criancinha que passa fome, e isso me deu vontade. Eu também já vi esse caso da atriz que adotou um bebê, uma criancinha na África, aí me deu mais vontade ainda.

P: Legal. Tem mais algum sonho, algum projeto? Você já falou vários, né, fazer a faculdade de Medicina, ajudar sua mãe, comprar uma casa, casar, adotar uma criança...

H: Acho que só.

P: Bastante coisa né?

H: É. Acho que só.

P: E você tem medo de quando sair daqui?

H: Tem que ter, né tia. A gente sempre tem que ter, não pode tentar enfrentar a vida de peito aberto, porque senão você sempre quebra a cara né, então você tem que ter um pouco de medo, um pouco de ranseio sim.

P: Pra ir com cuidado, neste sentido?

H: Pra ir com cuidado...

P: E além das pessoas da igreja, tem mais alguém que você acha que você vai poder contar, quando você sair?

H: Tenho. Minha amiga, a Yasmin, que ela é bem amiga minha mesmo, então ela e a mãe dela sempre falou mesmo pra mim, quando precisasse, pra falar com elas.

P: Ah, legal. Então tá certo, Helena. Você quer falar mais alguma coisa?

H: Não.

P: Obrigada, viu, pela sua entrevista.

H: De nada.

## APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CARLA

Data: 16/10/2017

P: Carla, há quanto tempo você mora no abrigo?

C: No total, dois anos.

P: Dois anos?

C: Dois anos.

P: E você sabe o motivo que você foi acolhida?

C: Sim, por... não tive... como eu posso dizer? Muito convívio bom com meus familiares, aí eu tive que vir para cá e tudo mais.

P: Mas você falou no total né? Então, esse, a última vez que você veio foi por uma questão de convivência. Você tava morando com quem?

C: Com a minha mãe e com meu padrasto, primeiramente, aí eu tive... aconteceu algumas coisas na minha casa e eu tive que vir para cá, porém passou sete meses eu fui morar com a minha tia, não deu muito certo e eu voltei.

P: Então teve dois acolhimentos aí, né?

C: Isso.

P: E você sempre morou com a sua mãe com seu padrasto até então, antes desse período?

C: Quando eu nasci eu tive que morar com a minha tia porque minha mãe não tinha condições e aos 8 meses, quando eu tinha 8 meses, meu pai veio a falecer e tive que morar com a minha tia. Aí morei até os cinco anos com a minha tia e minha mãe pegou minha Guarda para mim morar com ela e com o meu padrasto.

P: E você tem mais irmãos?

C: Tenho. Tenho mais quatro irmãos. Dois por parte de mãe e dois por parte de pai, porém os dois parte de pai eu não conheço.

P: E quais tipos de problemas que pareciam lá?

C: Na minha casa? Meu padrasto vinha abusar de mim, aos seis anos, até um tempo, quando eu completei os doze anos eu contei para minha mãe e ela não acreditou. Aí ele começou a fazer certas gravações e eu mostrei para minha mãe. Minha mãe também não havia acreditado, ficou do lado dele. Foi quando

eu vim fazer a denúncia. Aí a primeira vez eles não acreditaram, a segunda vez também não.

P: No próprio Conselho Tutelar?

C: Isso... Primeira vez também não, aí eu fui e peguei um vídeo e entreguei para eles, aí foi aí que a partir daí eles começaram a correr atrás.

P: Uhum, e aí você veio para cá.

C: Eu vim pra cá.

P: Você já foi para algum outro abrigo ou foi direto aqui?

C: Não, foi sempre aqui. As duas primeiras vezes também eu vim pra cá.

P: Hum, certo. Você tem contato com algum familiar seu?

C: Só com a minha vó por parte de pai, que ela mora lá em Guarulhos.

P: E você tem contato como com ela?

C: Só pelo WhatsApp.

P: Então é o único familiar que você ainda mantém contato... Dos seus irmãos você não...

C: Não sei mais.

P: Você tem vontade de sair do Abrigo?

C: Certa parte sim, certa parte não, porque aqui é um lugar que às vezes a gente reclama “ai, eu não queria ficar aqui dentro”, “aí eu não queria isso, não queria aquilo”, mas a gente acaba gostando e acostumando. Então a gente sabe que a gente um dia vai ter que desapegar, então, assim, por certas parte é bom e outras não.

P: Uhum... mas vontade de sair você tem?

C: Vontade eu tenho.

P: E medo de sair?

C: Também, porque eu sei que quando eu sair vai ter muita responsabilidade lá fora com o que eu vou ter que arcar.

P: É justamente essa próxima pergunta: como é que você pensa que vai ser sua vida quando você sair do Abrigo, quando completar 18 anos?

C: Vai ser muita responsabilidade.

P: Tipo o quê?

C: Ah, eu vou ter que, como por exemplo, eu vou ter que construir uma casa, eu vou ter que trabalhar, vou ter que ter responsabilidade dos meus, nas minhas coisas, no meu serviço. Se eu, por exemplo, fizer, por exemplo, um mal

a alguém, então, não querendo que eu vou fazer, mas supondo, se eu fizer mal a alguém eu vou ter que responder contra aquilo. Se eu, por exemplo, bater em alguém, eu vou ter que responder.

P: Porque hoje não é assim?

C: É, até é, mas não da forma mais responsável do que quando eu completar 18 anos.

P: Hoje tem o abrigo que...

C: Que acaba me aconselhando. Não vai ter sempre aquelas pessoas para te aconselhar o que você deve fazer ou não, a gente tem que ir pegando de agora.

P: Uhum... E hoje, o que que você faz, assim, qual é sua rotina, como é que tá a sua vida? Você vai para escola?

C: Eu estudo, faço cursos de inglês, jazz, faço esporte e tô atrás de um serviço.

P: Tá procurando emprego então?

C: Isso.

P: Você vai fazer dezoito quando?

C: Em Abril.

P: Tem alguns meses aí ainda...

C: Tem.

P: E a equipe do Abrigo ajuda a preparar vocês para sair daqui, na sua opinião?

C: Eu acho que eles ajudam quando a gente tiver pra cima de sair. Às vezes aconselha: “ah, você acha que quando você sai daqui vai ser igual? Não vai ser igual, porque você não vai ter as mesmas coisas”, são as únicas coisas que eles falam para a gente. Não fala assim: “ó, eu vou, eu vou ajudar você agora com isso, ou agora com aquilo”, só quando tá mais próximo para sair.

P: Que daí parece que fica meio em cima da hora...

C: Meio tudo meio corrido, aí dá um dá um gelo, assim, meio que um friozinho na barriga, de falar “nossa, tô saindo agora, como assim?” Como é que vai ser daqui pra frente.

P: Se, por exemplo, tivesse desde já trabalhando sobre isso, ajudando a se preparar, seria melhor?

C: Seria melhor, assim eu ficaria mais segura de que “ah, eu vou”, mas pelo menos eu tô indo com a cabeça tranquila, não com aquela correria de que “ah,

“você vai ter que correr atrás disso, você vai ter que correr atrás daquilo, vamos ver casa, vamos móvel, vamos ver tudo”. Acho que eles deixam tudo pra cima, assim, pra cima da hora.

P: Entendi. E quais outras coisas você acha que poderiam ajudar? Assim, até te ajudar a pensar e se organizar, pensando que você vai sair, né, olhando a sua vida “eu com 18 anos vou sair daqui, o que é que precisa estar mais ou menos organizado na minha vida para eu conseguir”?

C: Ah, um emprego. Eu acho que eu ficaria mais segura se eu tivesse um emprego, porque aí eu já tenho pelo menos um pouco da minha base formada.

P: E você pensa em morar onde, sozinha, com alguém?

C: Eu pretendo morar aqui na cidade mesmo, sozinha. Mas bem aqui perto da região mesmo, não muito longe, porque eu sempre morei aqui, nunca morei longe além de quando era neném, que eu não lembro também onde eu morava. Agora desse período dos seis anos eu sempre morei aqui na cidade.

P: E aí você pretende morar sozinha. Alugar uma casa? Morar...

C: Alugar uma casa primeiro, porque tá difícil hoje para poder comprar um terreno e uma casa.

P: Uhum... Você conhece adolescentes que já saíram da instituição quando completou 18 anos?

C: Conheço. A Érica. Até hoje ela é “Tia” aqui e trabalha aqui conosco. E dá, assim, pela história dela dá para mim, tipo assim, até uma segurança, porque quando ela saiu ajudaram muito ela, com uma casa, com os móveis e hoje ela mora, é casada também, já, sempre dando conselho para a gente de como vai ser, ela passa uma realidade para a gente.

P: Ela acaba ajudando um pouquinho mais com a experiência dela, de como é que vai ser?

C: Isso.

P: E o que é que ela relata, assim, de como é a vida depois do abrigo?

C: Ela fala assim que é bom porque, assim, a gente não precisa ficar dando muita explicação para onde a gente vai, se a gente quiser ir na casa de um familiar sem avisar a gente pode ir, porém tem as responsabilidades, tem aluguel pra pagar, água, luz, não é aquela vida de adolescente que dorme, que faz cursinho, que o povo corre atrás das coisas. Tem que trabalhar para conquistar aquilo que a gente quer. É o que ela explica pra gente.

P: É uma vida adulta então, né, com 18 anos...

C: Uhum...

P: Mas hoje, assim, olhando para sua vida, você já acha que já está preparada para sair daqui?

C: Hoje ainda não. Se fosse para mim falar assim “ah, você vai sair daqui agora para ir para sua casa”, eu acho que eu não taria preparada. Não estaria.

P: E você tem sonhos, projetos?

C: Tenho. Tenho muitos sonhos. Mas o difícil é conquistar né? Tem que tá correndo atrás. Eu pretendo fazer faculdade de Enfermagem para depois mais pra frente investir na Medicina. Pretendo fazer curso de administração também, que eu acho uma área muito importante que eu trabalhava antigamente, na parte de administrativa. E... Tenho um sonho de ter minha casa, minhas coisas, meu carro, minha família... Eu tenho vontade de ter uma família que eu não pude ter, eu queria dar o amor que eu não recebi.

P: Uhum... Então você tem vontade de casar, de ter filho?

C: Tenho.

P: De fazer Enfermagem, de ter sua casa, seu carro...

C: Isso.

P: E você acha que quando sair daqui, você vai ter pessoas que vão poder te ajudar?

C: Como eu não tenho muito contato com meus familiares, eu acho que eu, acho que eu vou ter que me virar tudo sozinha...

P: Então olhando, assim, tudo em torno da sua vida hoje, você não consegue ver ninguém que posso te dar um suporte?

C: Não, acho que só o abrigo. Só o abrigo que estou agora que acho que pode me ajudar. A ajuda que eles já estão dando hoje já dá para dar uma média pra alguma coisa...

P: E você tem expectativas boas, assim, do seu futuro? Você tem uma esperança ou você tem mais medo? O que é que fica mais?

C: Ah, eu tenho expectativas. Expectativas... Porque tem muita coisa ainda que eu tenho que fazer ainda. Muita coisa, sabe? Eu quero fazer muita coisa. Mudar algumas coisas, tentar mudar algumas coisas. Como, como meus irmão foi embora, eu quero ir atrás deles, minha mãe também, quero ir ver ela...

P: Hoje sua mãe tá onde?

C: Ela tá no Tremembé, ela tá numa Penitenciária Feminina.

P: Então você tem vontade de ir atrás dela?

C: Tenho... de mudar tudo que aconteceu, tentar esquecer um pouco essa parte, essa história ruim que aconteceu.

P: Então você fala, assim, de mudar no sentido de perdoar ela, de tentar uma nova relação?

C: Uhum.

P: Então tem vontade de retomar o contato quando sair daqui... hoje esse contato não dá para ter...

C: Não, eu tenho esperança. Já conversei com as tias do abrigo, mas fica muito difícil para elas me ajudarem nessa parte.

P: Por quê?

C: Porque geralmente ela falou assim que para visitar alguém na Penitenciária você tem todo aquele processo de ficar nua e ela falou, assim, que ninguém daqui teria capacidade de ir lá e fazer isso. Elas mesmas me disseram isso. Aí eu falei assim “então eu espero meus dezoito anos e vou vê-la, eu mesma”.

P: Entendi. É que aí você vai responder por você mesma, como você disse lá no começo, porque aí vai ter a liberdade de ir, com as responsabilidades também, que isso todo mundo tem...

C: Isso.

P: Então tá bom, Carla. Você tem alguma pergunta? Quer falar mais alguma coisa?

C: Não, acho que é só isso mesmo.

P: Muito obrigada, viu, pela sua entrevista.

C: De nada.